

9º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Processo de Rec. Judicial: 0125467-49.2021.8.19.0001

Excelentíssima Senhora, Doutora Juíza de Direito da 6ª Vara
Empresarial da comarca do Rio de Janeiro.

Relatório previsto no Art. 22 da Lei 11.101/2005, referente à
competência de **Fevereiro/2022**.

28 de fevereiro de 2022



Sumário

1. Dados da Recuperação Judicial	4
2. Atualização da fase processual	6
2.1 Eventos processuais relevantes.....	6
2.2 Fase atual da Recuperação Judicial.....	7
2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005.....	8
3. Dos canais de comunicação	9
4. Do Relatório Mensal de Atividades	10
5. Rio Trens Participações S.A.	11
5.1 Da Análise Societária.....	12
5.1.1 Da Administração da Recuperanda	13
5.1.2 Das atividades	15
5.1.3 Da Sede e Filiais.....	15
5.2 Do Quadro de Funcionários.....	15
5.3 Das operações das Recuperandas.....	16
5.4 Da análise Contábil-Financeira	16
5.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício.....	17
5.4.2 Balanço Patrimonial	19
5.4.3 Indicadores	29
5.5 Lista de Credores.....	36
5.6 Pagamentos realizados	37
5.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial ...	38
6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.	39
6.1 Da Análise Societária.....	40
6.1.1 Da Administração da Recuperanda	44
6.1.2 Das atividades	44
6.1.3 Da Sede e Filiais.....	45
6.2 Do Quadro de Funcionários.....	45
6.3 Das Operações das Recuperandas.....	46
6.3.1 Da capacidade	46
6.4 Da análise Contábil-Financeira	48
6.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício.....	49
6.4.2 Balanço Patrimonial	52
6.4.3 Indicadores	65
6.5 Lista de Credores.....	73
6.6 Pagamentos realizados	74
6.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial ...	74
7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.	75
7.1 Da Análise Societária	76
7.1.1 Da Administração da Recuperanda	76
7.1.2 Das atividades	77

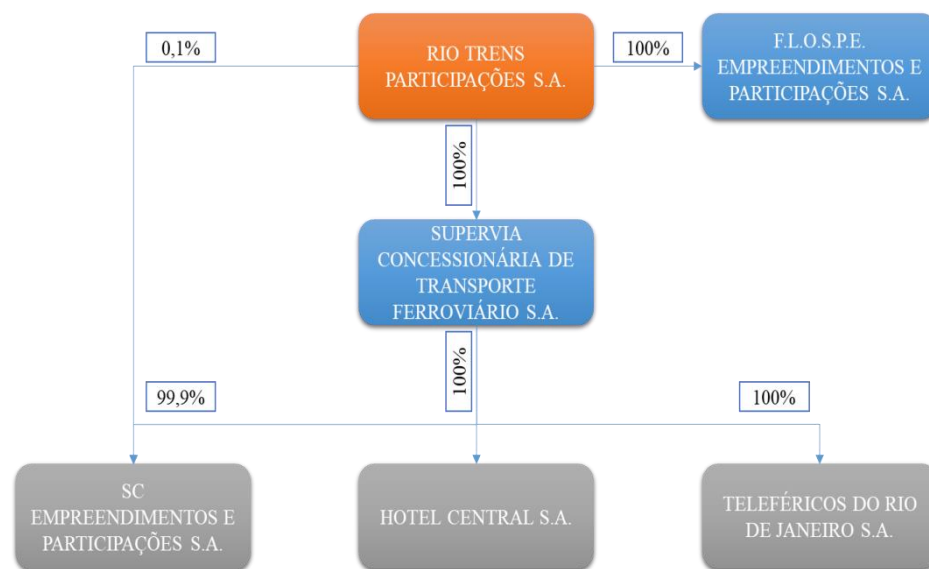
7.1.3	Da Sede e Filiais.....	78	8.5	Lista de Credores.....	120
7.2	Do Quadro de Funcionários.....	78	8.6	Pagamentos realizados	120
7.3	Das operações das Recuperandas.....	78	8.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial .	121
7.4	Da análise Contábil-Financeira	79	9.	Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.....	122
7.4.1	Da Demonstração do Resultado do Exercício	80	9.1	Das Análises Societárias	123
7.4.2	Balanço Patrimonial	83	9.1.1	Da Administração da Recuperanda	125
7.4.3	Indicadores	90	9.1.2	Das atividades	126
7.5	Lista de Credores.....	96	9.1.3	Da Sede e Filiais.....	126
7.6	Pagamentos realizados	96	9.2	Do Quadro de Funcionários.....	126
7.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial ...	97	9.3	Das operações das Recuperandas.....	127
8.	SC Empreendimentos e Participações S.A.	98	9.4	Da análise Contábil-Financeira	127
8.1	Das Estrutura Societária.....	99	9.5	Lista de Credores.....	129
8.1.1	Da Administração da Recuperanda	101	9.6	Pagamentos realizados	129
8.1.2	Das atividades	101	9.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial .	129
8.1.3	Da Sede e Filiais.....	102	10.	Hotel Central S.A.	130
8.2	Do Quadro de Funcionários.....	102	10.1	Das Estrutura Societária	131
8.3	Das operações das Recuperandas.....	102	10.1.1	Da Administração da Recuperanda	132
8.4	Da análise Contábil-Financeira	103	10.1.2	Das atividades	132
8.4.1	Da Demonstração do Resultado do Exercício	104	10.1.3	Da Sede e Filiais.....	133
8.4.2	Balanço Patrimonial	107	10.2	Do Quadro de Funcionários.....	133
8.4.3	Indicadores	114	10.3	Das operações das Recuperandas	133

10.4	Da análise Contábil-Financeira	133
10.5	Lista de Credores	135
10.6	Pagamentos realizados.....	135
10.7	Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial 135	
11.	Relação de Anexos.....	136

1. Dados da Recuperação Judicial

O processo em epígrafe iniciou com as empresas RIOTRENS PARTICIPAÇÕES S.A.; SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A.; FLOSPE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.; e HOTEL CENTRAL S.A., pertencentes ao “Grupo SuperVia”, como se auto declaram, formulando o pedido de Recuperação Judicial perante o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, como se verifica nos autos às fls. 3/33, sendo apresentados para instrução do petitório, documentos numerados do 1 ao 24, localizados às fls. 24/3539.

Na inicial, o Grupo SuperVia descreve a importância das atividades por ele desempenhadas, exprimindo em detalhes cada momento vivenciado desde a sua criação, passando pela concessão, adjudicada à SuperVia, inicialmente por 25 anos, sendo prorrogado por mais 25 anos, findos em 2048. Além disso, também é descrita a necessidade de criação das demais empresas do grupo para a exploração de serviços complementares à Concessão com fulcro na geração de receitas acessórias e não tarifárias. Apresentando a participação entre as empresas do grupo.



De acordo com o apresentado na inicial, a “Rio Trens” é detentora de 100% das ações das empresas “SuperVia” e “F.L.O.S.P.E.”, e de 0,1% das ações da “SC Empreendimentos”, por sua vez, a “SuperVia” detém 99,9% das ações da “SC Empreendimentos” e 100% das ações das empresas “Hotel” e “Teleféricos”. Sendo a atividade principal do grupo operado pela “SuperVia”.

As recuperandas alegaram que em decorrência da pandemia da Covid-19, houve impacto direto na operação principal por medidas impostas pelo Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente houve suspensão da operação, seguindo de redução da taxa de ocupação dos trens em 50%, evoluindo posteriormente para 60%. Assim como a taxa de ocupação as grades de horário também foram reajustadas para obedecer às normas impostas pelo Estado, visando obedecer aos protocolos sanitários, fazendo com que a operação passasse a funcionar com níveis baixíssimos de ocupação nos vagões, como 5%, mantendo o custo de ocupação total.

Além dos custos tradicionais, as recuperandas alegam arcar com custos extraordinários, decorrentes de novas medidas de higienização em toda infraestrutura. Com os custos fixos mantidos e a redução drástica da operação, além de outros fatores relatados na inicial, as recuperandas protocolizaram o pedido como meio de proteger os interesses dos credores e preservar a sua produtividade, resultando no presente processo.

Em despacho de fl. 3547, o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital declinou da competência, ante a prevenção do MM. Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, embasada na certidão cartorária de fl. 3544, que informou a existência de requerimento de falência da SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A., junto ao referido juízo.

Em decisão proferida por este MM. Juízo, fls. 3564/3570, é deferido o processamento da recuperação judicial das empresas em tela sendo nomeada a pessoa jurídica E. Ferreira Gomes Advogados, CNPJ 11.468.904/0001-62, que hoje com endereço na Avenida Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.010-010, incumbindo ao seu representante legal, Evandro Pereira Guimarães Ferreira Gomes OAB/RJ 137.473, cujo termo de compromisso assinado consta anexado à fl. 3574.

2. Atualização da fase processual

2.1 Eventos processuais relevantes

No período compreendido pelo presente Relatório Mensal de Atividades, fevereiro de 2022, o processo de Recuperação Judicial contou com os relevantes eventos e manifestações processuais abaixo relatados.

As decisões proferidas nos autos da Recuperação Judicial reconheceram a essencialidade dos valores bloqueados Juízo da 17ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (R\$ 11.000.000,00), sendo concedido a tutela de urgência requerida, para suspender a ordem de bloqueio (id. 8302) e mantiveram os termos da decisão anterior ante a interposição de Agravo de Instrumento interposto pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 22/02/2022, a segunda Assembleia Geral de Credores foi continuada. Contudo, após propositura para nova suspensão e votação pelos credores, a mesma foi novamente suspensa até 27/04/2022, no mesmo local e horário, sem a possibilidade de novos credenciamentos.

a) Movimentações processuais

A empresa Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários interpôs Agravo de Instrumento contra a r. decisão proferida pelo d. Juízo Recuperacional (id. 7943-7945).

2.2 Fase atual da Recuperação Judicial

O quadro demonstrativo abaixo ilustra o trabalho desenvolvido e os marcos processuais já atingidos no período compreendido pelo presente relatório.

Check list da atuação da Administração Judicial		
Trabalho concluído	Trabalho em andamento	Trabalho a ser realizado
Análise da inicial e dos 3.502 (três mil quinhentos e dois) documentos que instruíram a inicial	Atendimento por e-mail, telefone e presencialmente dos credores listados pelas Recuperandas e de outros eventuais credores que venham a se habilitar	Análise e controle de legalidade do Plano de Recuperação Judicial
Adequação da equipe técnica multidisciplinar para atuação específica nos autos da Recuperação Judicial	Análise das habilitações retardatárias e impugnação à relação de credores	Fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
Adequação de espaço físico e eletrônico específico para alocar a equipe técnica e melhor atender aos credores	Análise das demonstrações contábeis e financeiras mês a mês das 5 Recuperadas	
Análise do contrato de financiamento a ser firmado pelas Recuperandas e investidor na modalidade DIP finance	Relatórios mensais de atividades das Recuperandas	
Elaboração de e envio das correspondências aos credores de todas as Recuperandas listadas em litisconsórcio ativo	Atuação nos processos satélites distribuídos por dependência ao processo Recuperacional, especialmente habilitações e divergências de crédito	
Relatório contábil inicial	Manifestação em processos de diferentes competências quando intimado a manifestar-se em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial	
Verificação da prestação do serviço através de visita técnica em 23/06/2021	Resposta aos e-mails e telefonemas dos credores e outros interessados	
Análise das habilitações e divergências de crédito tempestivas	Estruturação, convocação e organização da Assembleia Geral de Credores, seja para deliberar o Plano de Recuperação Judicial ou qualquer outro assunto em que seja necessária a instalação de AGC que está agendada para	

	os dias 30/11 e 14/12. Após suspensão, a AGC foi retomada em 22/02/2022 e novamente suspensa até 27/04/2022.	
Atendimento aos credores que agendaram hora para despachar suas habilitações e divergências de crédito		
Respostas de mais de 200 e-mails respondendo dúvidas de credores quanto ao QGC apresentado pela Recuperanda		
Atendimento de 89 telefonemas de credores solicitado esclarecimentos e informações		
Apresentação do RMA referente ao mês de Junho/2021		
Consolidação da lista de credores prevista no §1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.101/2005		
Apresentação do RMA referente ao mês de julho/2021		
Apresentação do Quadro Geral de Credores do §2º, do artigo 7º.		

2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005

Até o momento da elaboração deste relatório não fora apurado por esta Administração Judicial qualquer ato relacionado ao referido artigo. Destarte, é importante ressaltar que, qualquer ato eventualmente identificado, será reportado imediatamente nos relatórios seguintes.

3. Dos canais de comunicação

Todas as movimentações de cunho ostensivo serão divulgadas no *site* desta Administração Judicial, no endereço http://eferreiragomes.com.br/crbst_20.html. Além do *site* para consultas, esta Administração Judicial disponibiliza os contatos telefônicos (21) 3807-8938 / (21) 98854-9014, bem como o e-mail rj.supervia@eferreiragomes.com.br. As correspondências físicas deverão ser encaminhadas para o endereço: Av. Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP.20.031.004.

INICIO

ADM. JUDICIAL

SÓCIOS

CONTATO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

SUPERVIA TRENS URBANOS

Documentos

Sentença do Deferimento do Processamento da recuperação Judicial

Relação de Credores apresentada pela recuperanda

Edital do §1º, do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005

Aviso Importante SUPERVIA

Edital do §1º, do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005

A Administração Judicial informa que a publicação do Edital previsto no §1º, do artigo 52, foi publicado no DJE no dia 02/07/2021.

Assim, os credores poderão apresentar no prazo de 15 (quinze) dias corridos, na forma do §1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.101/2005 suas divergências e habilitações, diretamente a este Administrador Judicial pelo seguinte e-mail: rj.supervia@eferreiragomes.com.br

Processo Número: 0125467-49.2021.8.19.0001; Contato: E-mail: rj.supervia@eferreiragomes.com.br

Av. Almirante Barroso, nº 81, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP.20.031.004 • Tel: +55 (21) 3807- 8938 / 98854-9014 • egomes@eferreiragomes.com.br

E. Ferreira Gomes Advogados (c) 2008-2021. Todos os direitos reservados

4. Do Relatório Mensal de Atividades

Para elaboração do presente relatório, as recuperandas disponibilizaram os documentos solicitados por esta Administração Judicial em nuvem, através do site <https://box.com>, compartilhando com 53 usuários, dos quais apenas 4 são integrantes desta equipe. Todos os usuários podem ser conferidos no **ANEXO I**¹ deste relatório.

Cabe ressaltar que, apesar da existência de litisconsórcio, não houve consolidação substancial. Dessa forma, considerando a consolidação processual, o presente relatório será único, contudo, especificando individualmente os dados de cada recuperanda em capítulos separados, conforme discriminado infra:

5. Rio Trens Participações S.A.
6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.
7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.
8. SC Empreendimentos e Participações S.A.
9. Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.
10. Hotel Central S.A.

¹ **ANEXO I** – Relação de usuários com acesso aos documentos fornecidos pelas recuperandas.

5. Rio Trens Participações S.A.

02.720.700/0001-86 - (03/09/1998)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

64.62-0-00 – Holdings de Instituições não financeiras

Capital Social: R\$ 1.043.586.810,82

Quadro de Sócios e Administradores:

Diretor – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginja Pinto

A empresa fora criada detendo a participação em capital, prestando assessoria e consultoria a sociedades, em especial a Supervia, direta e indiretamente às outras Recuperandas. Como *holding*, ela é responsável por estabelecer diretrizes para as demais empresas do grupo, o que implica no desenvolvimento das atividades. Além disso, a Rio Trens também é interveniente anuente no Contrato de Concessão, bem como em contratos de financiamentos necessários às operações realizadas pelas demais sociedades do grupo.

5.1 Da Análise Societária

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, contudo, dos 03 (três) arquivos fornecidos somente 02 (dois) possuíam selo de registro.

06 RCA RTP 29.04.21 - Reeleição de Diretoria_Jucerja.doc
AGE RTP 05_28.05.21_Carta de Ren.
RTP_AGE_05.12.19

Figura 1: Documentos fornecidos pela recuperanda.

SELECIONAR ARQUIVAMENTOS				
Número	Data	Ato	Páginas	
00004094028	29/06/2021	Outros Documentos de Interesse da Empresa / Empresário	6	
00004091912	24/06/2021	Ordem Judicial	9	
00004078870	07/06/2021	Ata de Reunião do Conselho de Administração	6	
00003965434	10/11/2020	Alteração	8	
00003955592	22/10/2020	Ata de Assembleia Geral Ordinária	7	

Figura 2: Fração de consulta realizado no dia 05/05/2022 por Atos registrados na JUCERJA.

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro no dia 05 de maio de 2022, não consta o registro da “Ata de Assembleia Geral Extraordinária”, realizada no dia 25 de maio de 2021, constante no arquivo “AGE RTP 05_28.05.21_Carta de Ren.”. É importante destacar que na referida Ata foram registrados dados importantes, como renúncia de membro do conselho e consolidação da composição do Conselho de Administração da Companhia.

Desta forma, uma vez que o documento apresentado comprova o acontecimento da referida assembleia, restando apenas o seu registro no órgão competente, as informações da Ata foram consideradas para elaboração do presente item.

5.1.1 Da Administração da Recuperanda

De acordo com o documento enviado pela recuperanda “RTP_AGE_05.12.19”, arquivado na JUCERJA em 06 de dezembro de 2019, o **Sr. Gustavo Dantas Guerra** renunciou ao cargo de Presidente, tendo a ata em questão o objetivo registrar a eleição do **Sr. Kazuhisa Ota** para o cargo de Presidente e membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e o **Sr. Kazunari Matuhashi** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Ficando a Administração da Companhia consolidada, com mandato unificado até 30 de abril de 2021, na seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Presidente	Kazuhiza Ota	217.626.598-08
(b) Membro	Hugo Gonçalves Vieira de Assunção	248.802.578-00
(c) Membro	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(d) Membro	Kazuki Hama	231.849.028-70
(e) Membro	Kazunari Matsuhashi	235.232.328-21

Já no Ato registrado em 07 de junho de 2021, constante no arquivo “06 RCA RTP 29.04.21 – Reelection de Diretoria_Jucerja.doc.pdf”, a Ata de Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de abril de 2021, registrou a **Reeleição na Diretoria Estatutária da SPV**, permanecendo como Diretor Presidente o **Sr. Antônio Carlos Sanches** e como Diretor Financeiro o **Sr. Fernando Augusto Ginjas Pinto**, ambos para o mandato unificado até 30 de abril de 2024. Tal informação indica a existência Atos de eleição/nomeação/renúncia entre os períodos analisados. Além disso,

não há consolidação das informações para que seja possível indicação do quadro de membros à época, exceto pelas assinaturas na Ata que registram os nomes/cargos:

Cargo	Nome	CPF
(a) Conselho de Administração	Kazuhiza Ota	217.626.598-08
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(c) Conselho de Administração	Kazuki Hama	231.849.028-70

Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ainda sem registro na Junta Comercial, ocorrida no dia 28 de maio de 2021, é mencionada a renúncia do **Sr. Kazuki Hama** do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Nas deliberações, é aprovada a consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, que passa a seguinte configuração:

Nome	CPF
Kazuhiza Ota	217.626.598-08
Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
Jaime Leôncio Singer	352.705.005-15

5.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a participação no capital de outras sociedades prestadoras de serviços de transporte ferroviário de passageiros e serviços afins, correlatos e/ou complementares. Compulsando os documentos fornecidos, não fora localizada alteração das atividades.

5.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

5.2 Do Quadro de Funcionários

A Recuperanda não forneceu documentos que permitisse a identificação de funcionários.

5.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentação que permitisse a elaboração do relatório de suas operações.

5.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD² e ECF³ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

² Escrituração Contábil Digital 2020

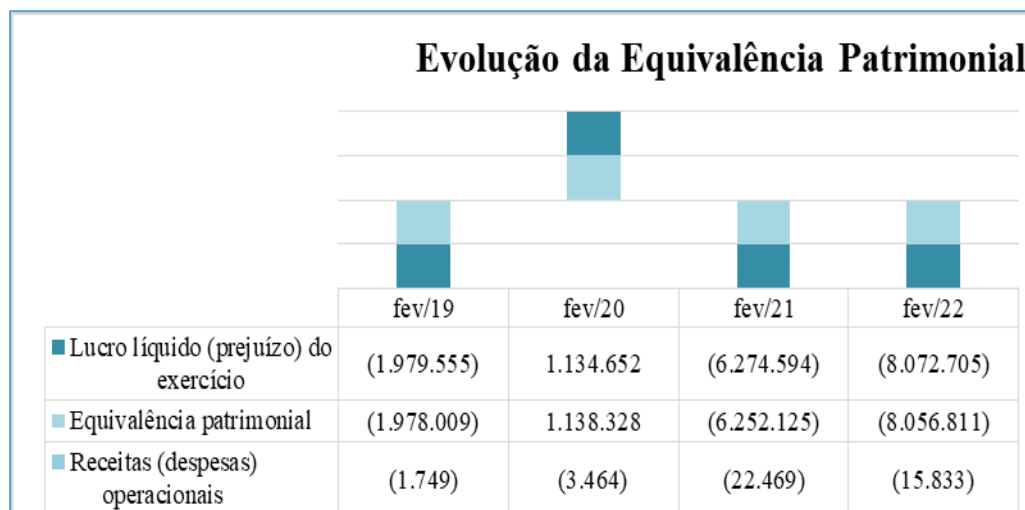
³ Escrituração Contábil Fiscal 2020

5.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	FEV/19	FEV/20	FEV/21	FEV/22
Receita bruta de serviços prestados	-	-	-	-
Bilheteria	-	-	-	-
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	-	-
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	-	-	-	-
Receita líquida de serviços prestados	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(1.749)	(3.464)	(22.469)	(15.833)
Com vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(1.749)	(3.464)	(22.469)	(15.833)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(1.749)	(3.464)	(22.469)	(15.833)
Resultado de participações societárias	(1.978.009)	1.138.328	(6.252.125)	(8.056.811)
Equivalência patrimonial	(1.978.009)	1.138.328	(6.252.125)	(8.056.811)
Resultado financeiro	203	(213)	-	(61)
Despesas financeiras	(107)	(213)	-	(61)
Receitas financeiras	310	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.979.555)	1.134.652	(6.274.594)	(8.072.705)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Do exercício	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.979.555)	1.134.652	(6.274.594)	(8.072.705)

Esta Administração Judicial, visando apresentar a informação de maneira que facilite a comparabilidade da demonstração, confrontou os dados de quatro exercícios, sendo eles 2019, 2020, 2021 e 2022, referente ao mesmo período, possibilitando para o usuário da informação comparar os resultados da recuperanda em períodos de livre circulação, *lockdown*, circulação reduzida e retomada da normalidade na circulação.

Conforme demonstrado no comparativo do quadro supra, em nenhum dos períodos analisados existe a percepção de receita, sendo apenas escrituradas Despesas Operacionais, Equivalência Patrimonial e Despesas Financeiras.

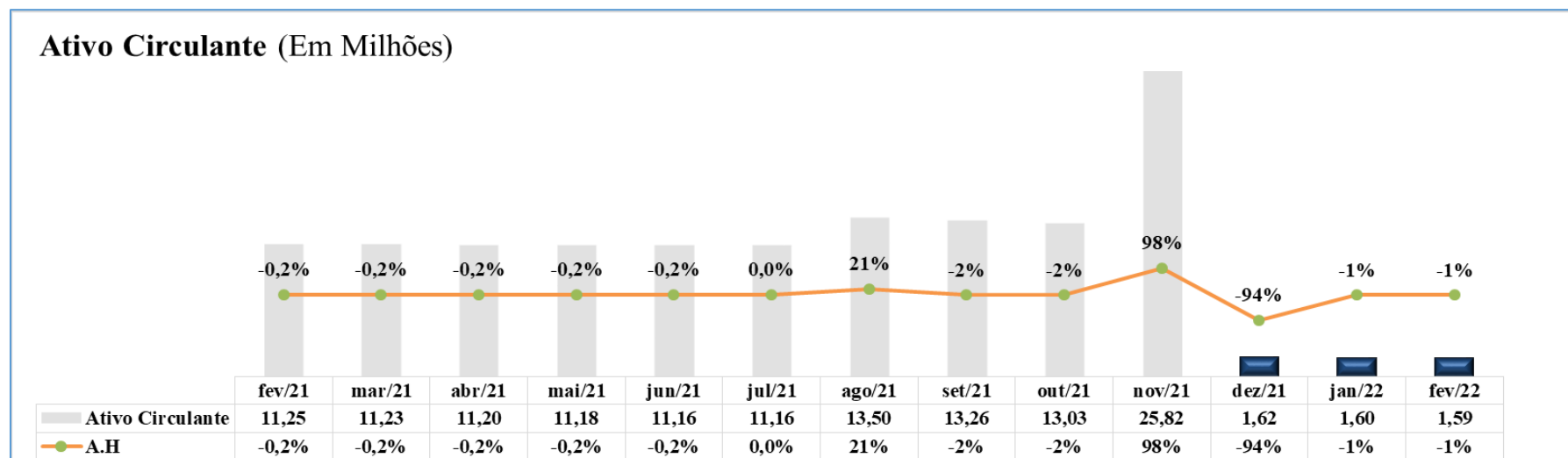


Verifica-se uma evolução constante das despesas, sendo que, no período pré-pandêmico a recuperanda já apresentava Despesas Operacionais de R\$ 1.749,00 (mil setecentos e quarenta e nove), sendo que em fevereiro de 2021 foi apurado uma despesa de R\$ 22.469,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e nove), durante a pandemia, sendo que em 2022 reduzindo 30% em fevereiro de 2022, contudo é notório que os resultados demonstrados pela empresa são oriundos quase exclusivamente da absorção dos resultados escriturados como equivalência patrimonial.

Outro grupo que impactou significativamente no prejuízo da recuperanda foi “Resultado de Participações Societárias”, mesmo que, apurando um saldo positivo em fevereiro de 2020, de R\$1.138.328,00 (um milhão cento e trinta e oito mil trezentos e vinte e oito reais) em comparação ao mês de fevereiro de 2019, contudo houve um aumento das despesas significante em fev/2021 e 2022.

5.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Circulante	1.618.848	1.603.929	-1	1.588.034	-1
Caixa e equivalentes de caixa	335	92.203	27460	76.309	-17
Contas a receber	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	323.635	323.635	-	323.635	0
Despesas do exercício seguinte	1.294.879	1.188.090	-8	1.188.090	0
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-

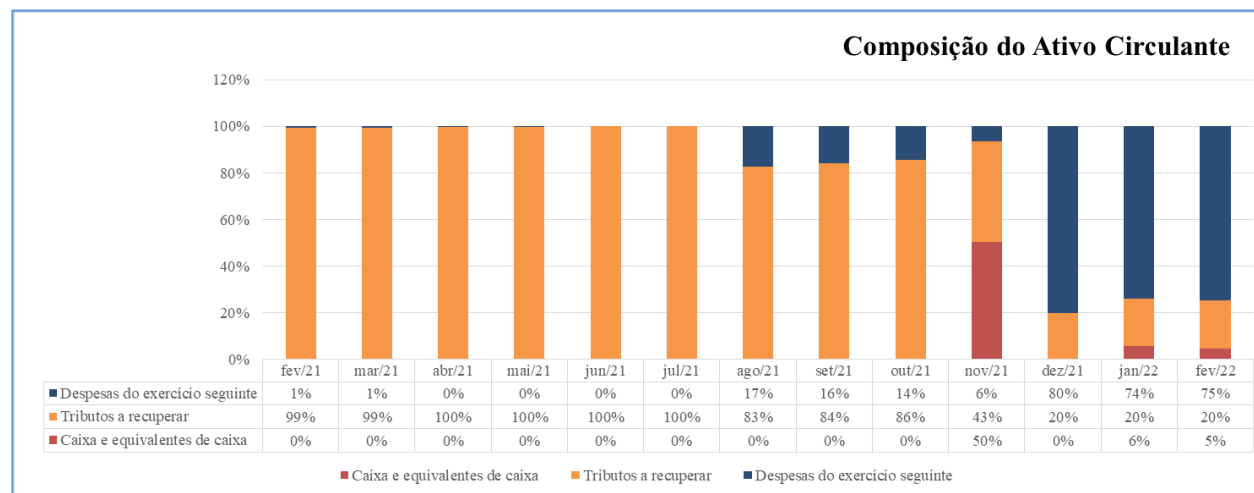
dez/2021, contudo, este aumento, apesar da enorme proporção, não representou grande movimentação em termos de valores já que fora superada pela redução de apenas 8% das “Despesas do exercício seguinte”, mantendo a redução do grupo em 1%, assim como em fevereiro, que manteve a mesma variação negativa.

Conforme demonstrado no gráfico supra, o trimestre analisado no presente relatório apresenta redução constante, contudo, indicando menor proporção no mês de fevereiro, que decresceu 1%. Essa redução se deu principalmente pela diminuição dos valores escriturados nas contas de “Caixa e equivalente de caixa”.

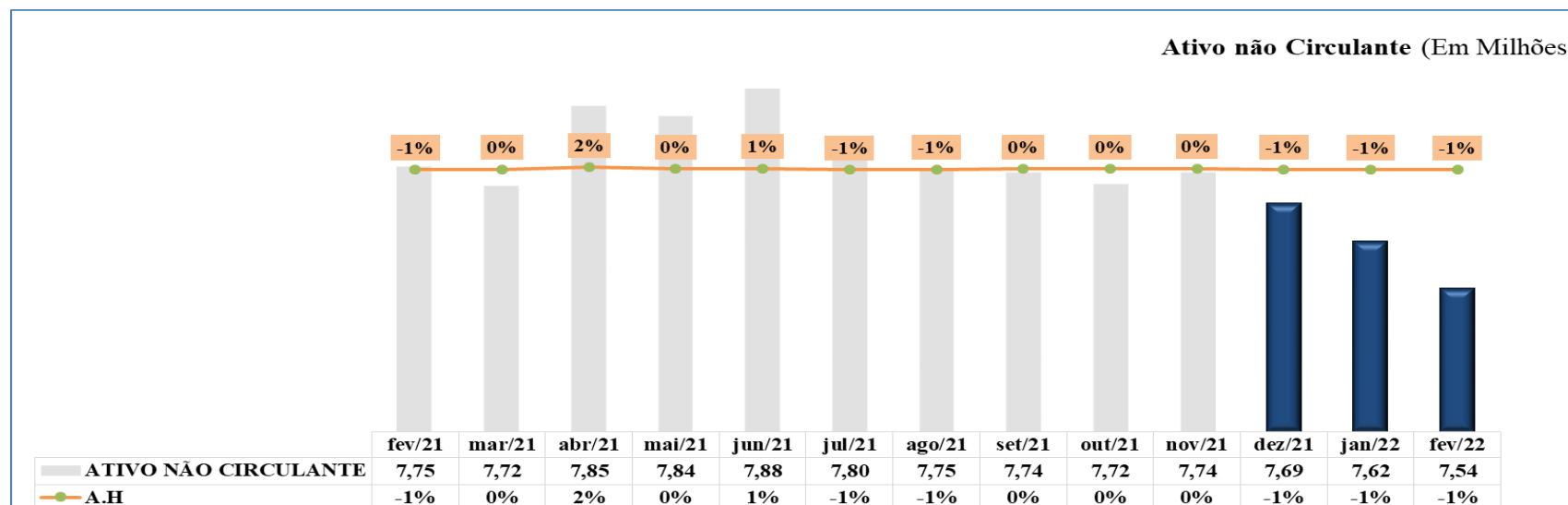
Conforme se pode verificar no quadro ao lado, a maior variação do trimestre analisado ocorreu no período de janeiro de 2022 onde o Caixa e equivalentes de caixa aumentou 27.460% em relação a

A conta de “Tributos a Recuperar” que até novembro representava com maior expressão o ativo circulante, que tinha como subgrupo “IRRF a Recuperar Mutuo” conta responsável pelo registro de Imposto de Renda Retido na Fonte, oriundo de operações de mutuo, podendo ser compensado com o imposto devido pela empresa tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, permaneceu com o seu saldo inalterado no trimestre analisado.

Além disso, os “Tributos a Recuperar” que até novembro de 2021 representavam a maior fração do grupo, no último trimestre foram superadas pelas “Despesas do exercício seguinte”, que hoje é a conta de maior expressão do grupo.



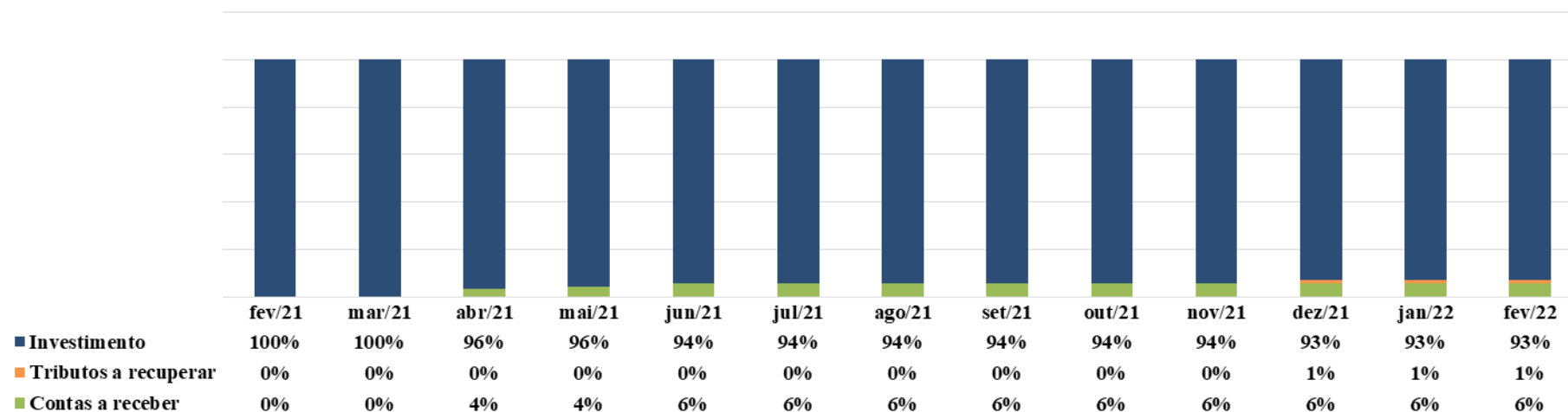
I. Ativo Não Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/2021	AH (%)	Fev/2021	AH (%)
Ativo Não Circulante	768.944.434	768.944.434	0	754.394.680	-1
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Contas a receber	45.000.000	45.000.000	-	45.000.000	0
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos compulsório	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	10.834.965	10.834.965	-	10.834.965	-
Investimento	713.109.470	706.674.365	0	698.559.715	-1
Intangível	-	-	-	-	-

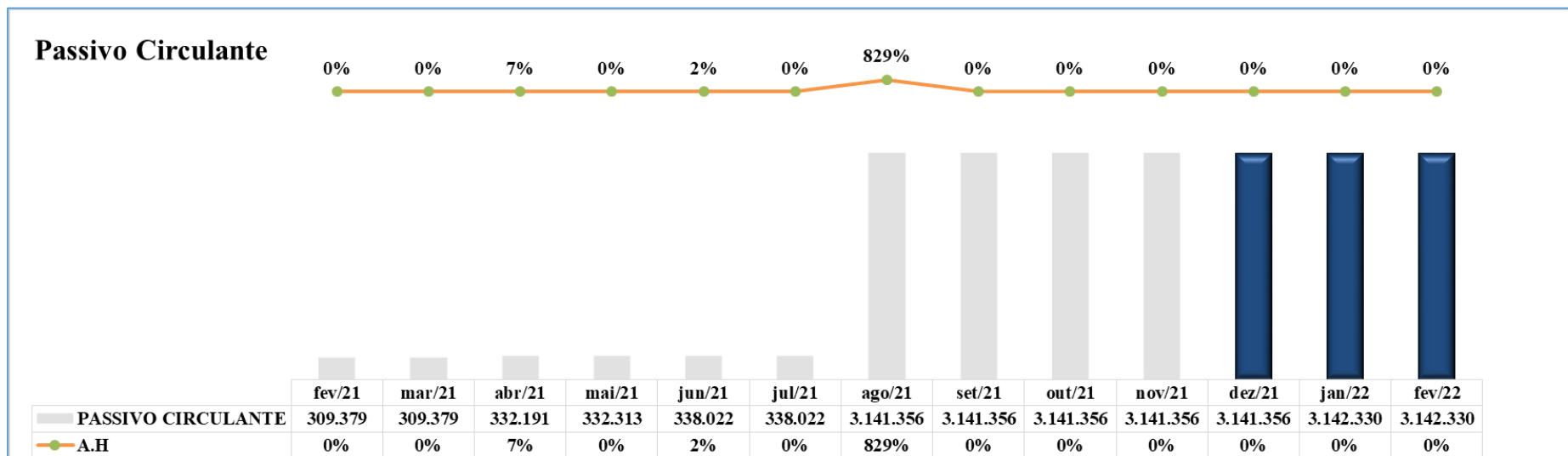
Conforme se pode verificar no gráfico supra e no quadro ao lado, a única variação do período em fora a redução da conta “Investimento”, que se refere a participações em sociedades controladas, cuja variação girou em torno de 1% no trimestre analisado.

Composição do Ativo não Circulante



Do presente grupo, nota-se que em todos os períodos analisados, a maior conta do grupo é a de “Investimento”, onde seguem registrados os valores relacionados às sociedades controladas, cujo saldo vem reduzindo no último ano, mas não apresentou variação no último trimestre analisado.

II. Passivo Circulante



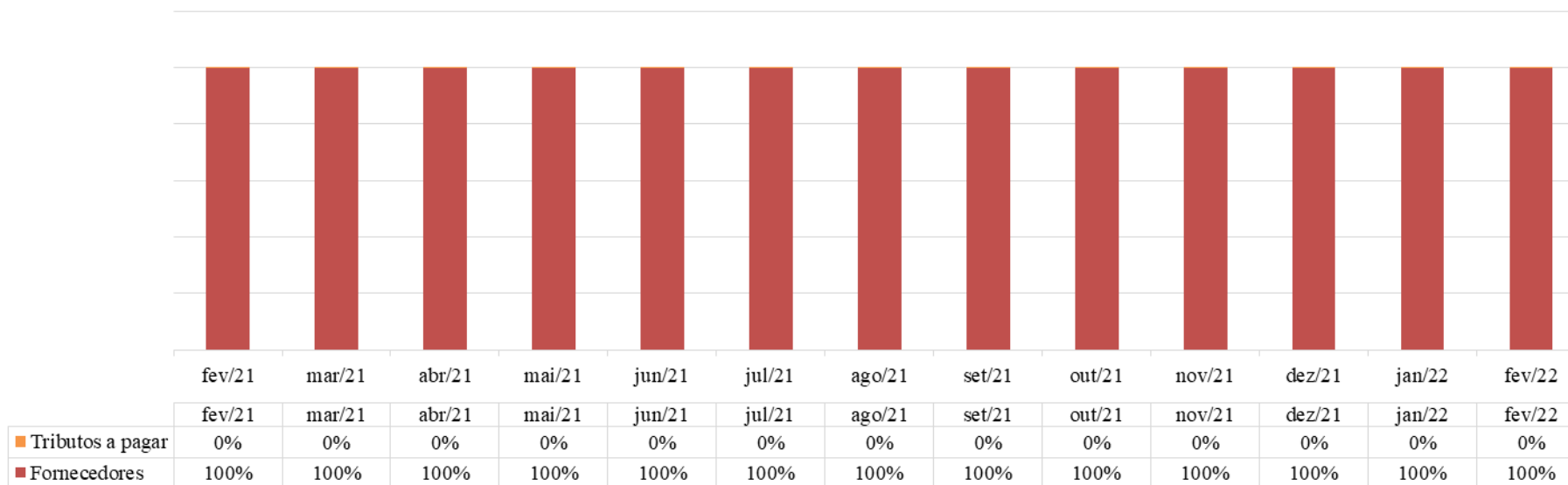
CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Passivo Circulante	3.142.330	3.142.330	-	3.142.330	-
Fornecedores	3.141.259	3.141.259	-	3.141.259	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	1.072	1.072	-	1.072	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-

houve nenhuma variação significativa no último trimestre analisado.

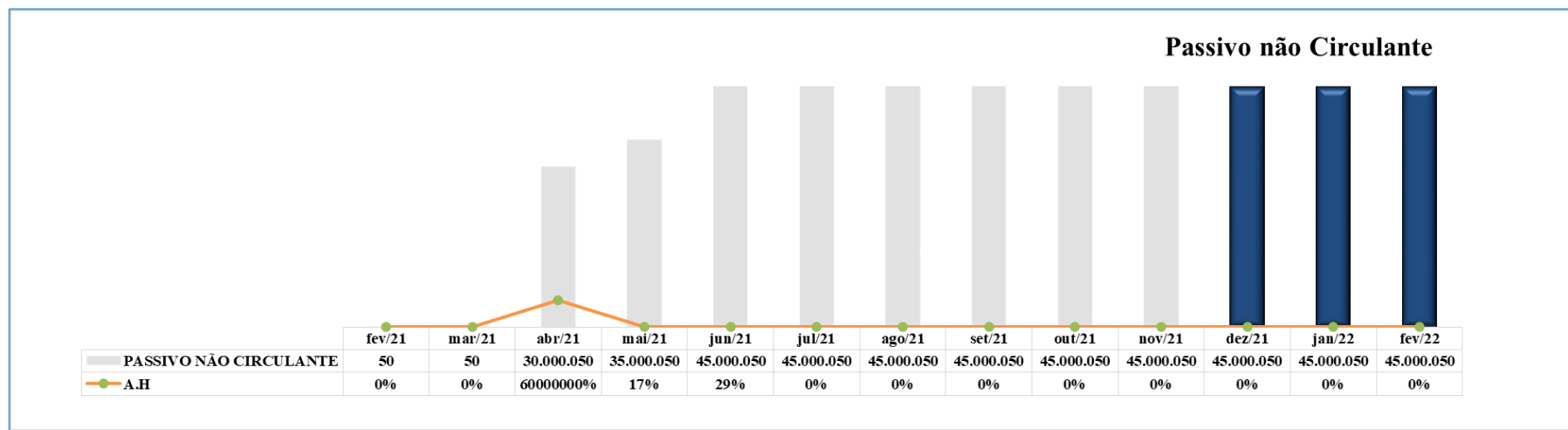
O Passivo Circulante possui somente duas contas com saldo no trimestre analisado, são os subgrupos de “Fornecedores” e “Tributos a Pagar”, não havendo variação no trimestre analisado neste instrumento.

A maior conta do grupo, que representa as obrigações no curto prazo, é a de “Fornecedores” que expressa 99% de todo o grupo sem sofrer alteração no período analisado.

Dessa maneira no gráfico infra, que representa a análise vertical do passivo circulante e a sua composição em proporção, não



III. Passivo Não Circulante



CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Passivo Não circulante	45.000.050	45.000.050	-	45.000.050	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	45.000.050	45.000.050	-	45.000.050	-

Como se pode verificar no quadro ao lado, obrigações de longo prazo registradas no Passivo Não Circulante, a única conta que possui saldo é a de Outros Passivos Não Circulantes, que teve um aumento considerável em abril/2021, onde passou de R\$ 50 (cinquenta reais) para R\$ 30.000.050 (trinta milhões e cinquenta reais), aumentando novamente 17% em maio/2021 e 29% em junho/2021, finalizando com saldo de R\$ 45.000.050,00 (quarenta e cinco milhões e cinquenta reais), não tendo sofrido

alterações desde junho/2021 até o presente trimestres conforme demonstrado no gráfico infra. Conforme resposta da equipe da recuperanda, trata-se de adiantamento para futuro aumento de capital social, acordado entre a Rio Trens e a Supervia.

IV. Patrimônio Líquido

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Patrimônio líquido	722.421.876	715.970.878	-1	707.840.334	-1
Capital social	1.043.586.811	1.043.586.811	0	1.043.586.811	
Reserva de capital	10.338.331	10.338.331	0	10.338.331	
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(331.503.266)	(337.954.264)	2	(346.084.809)	2
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

A única alteração no grupo em questão ocorrera nas contas de “Resultados Acumulados”, onde fora escriturado o resultado do exercício.

V. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVA AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (Válida até 03/07/2022)
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (Válida até 27/03/2022)
CERTIDÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (Emissão em 01/2021, válida por 180 dias)
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (Emissão em 07/01/2022, válida por 120 dias)
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL (Emissão em 03/03/2022, válida até 30/08/2022)

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro ao lado, onde não foram apurados quaisquer passivos inscritos ou não em dívida ativa.

5.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ⁴, no exercício de 2020 em comparação com o último trimestre (outubro, novembro e Dezembro), visando fornecer informação sobre a atual posição econômico financeira da recuperanda.

⁴ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas.

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Corrente	0,52	0,51	0,51

b) Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Imediata/Instantânea	0,00	0,03	0,02

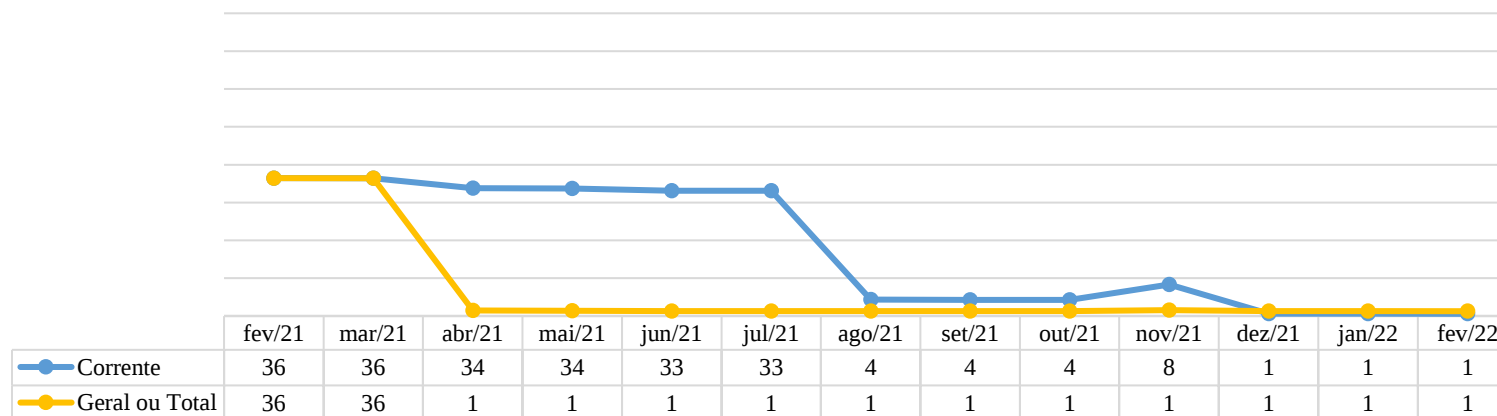
c) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$$

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Geral ou Total	1,19	1,19	1,19

Índices de Liquidez



Conforme indicado nos índices supra, e representado no gráfico ao lado, o valor registrado no Ativo, em todos os períodos é superior ao valor do passivo, contudo, a Liquidez Imediata, que considera os valores de Caixa e Equivalente de Caixa para pagamento das obrigações de curto prazo indica menos de um centavo de ativo para cobrir cada real registrado no passivo. É importante destacar que a maior parte dos ativos garantidores, que representam a capacidade de pagamento, estão registrados na conta de Tributos a Recuperar, o que caracteriza um ativo com pouca liquidez. Além disso, o aumento exponencial do Passivo Circulante, sobretudo no subgrupo de Fornecedores fez com que a liquidez corrente reduzisse significativamente, que somada a reclassificação dos “Tributos a Recuperar” no Ativo Não Circulante fez com que o índice de Liquidez Corrente reduzisse consideravelmente para menos de R\$ 1,00, o que indica a perda de força da empresa no tocante ao pagamento das despesas imediatas com recursos de liquidez no curto prazo.

d) Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

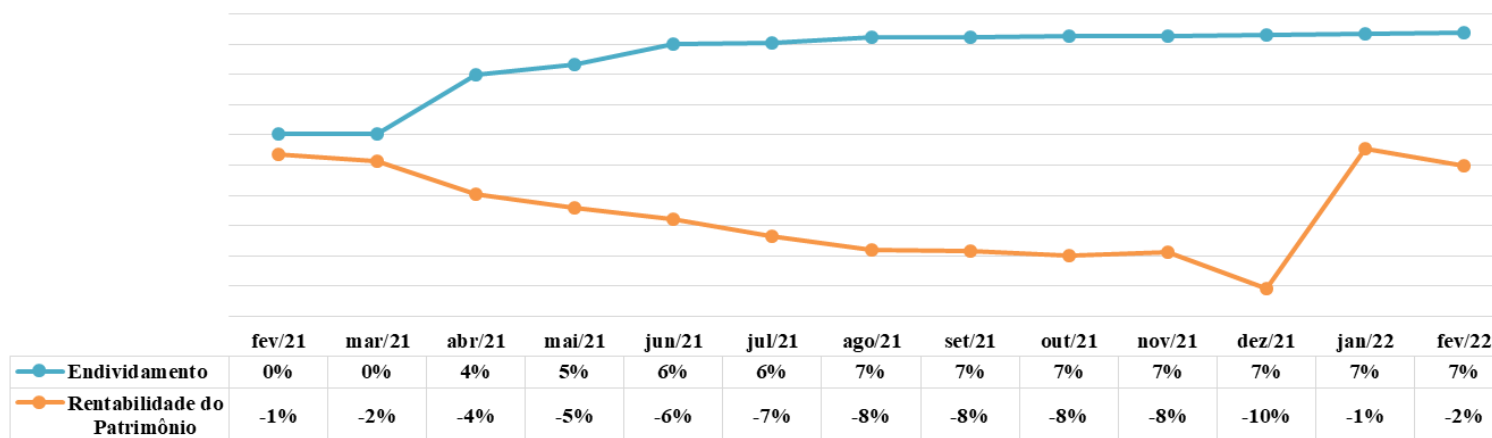
Indicador	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Endividamento	7%	7%	7%

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Indicador	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Rentabilidade do Patrimônio	-10%	-1%	-2%

Indicadores Combinados



O Endividamento é o índice que tem por objetivo demonstrar a proporção do capital de terceiros em relação ao capital próprio. Conforme demonstrado no gráfico supra, o Endividamento se manteve constante no último trimestre analisado, apresentando índice de 7% nos três meses. Já a Rentabilidade do Patrimônio, que em 2021 acumulou o índice negativo de 10%, apresenta em fevereiro de 2022 o indicador também negativo em 2%, demonstrando um cenário pior que o do mesmo período no ano anterior.

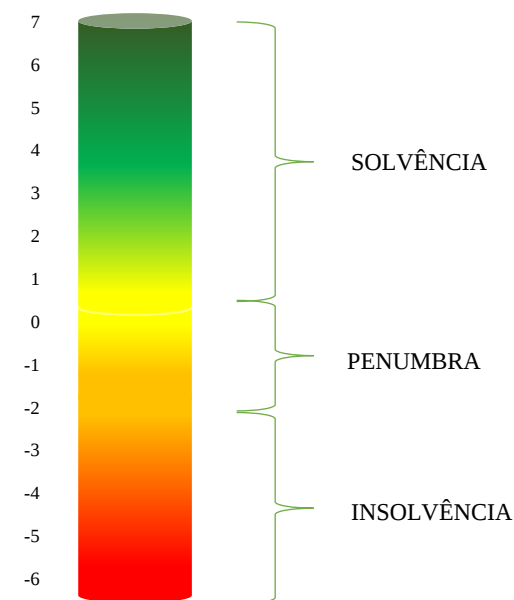
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

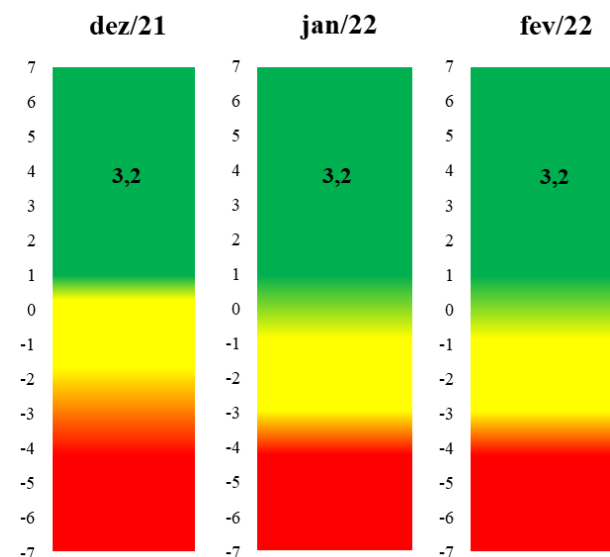
Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

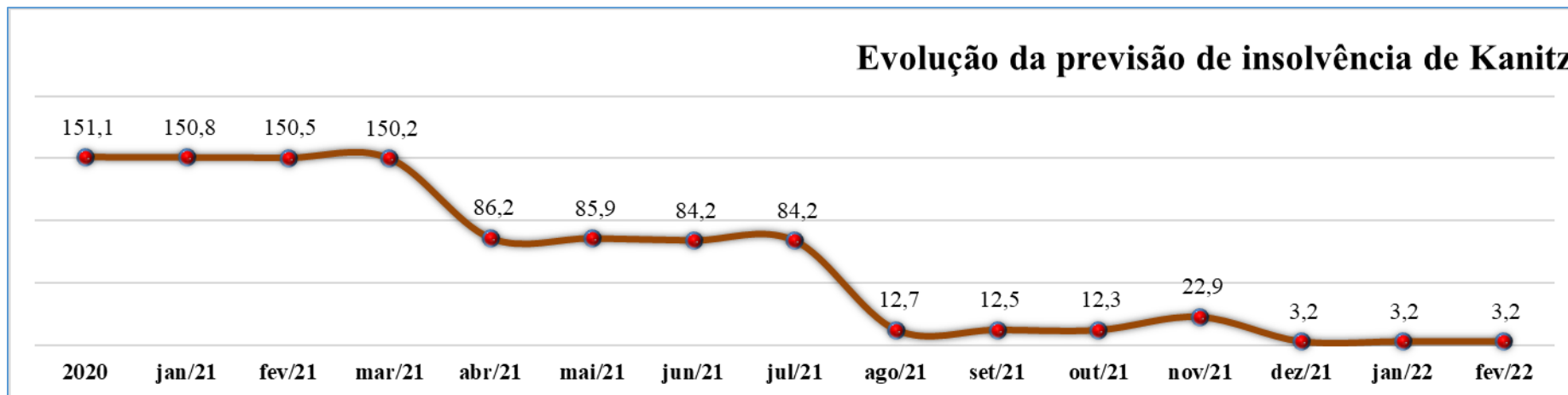


O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC - Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06$
 $\times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, no exercício de 2022 constatou-se a solvência da recuperanda, comparando ao último trimestre (Dezembro, Janeiro e fevereiro), mantendo-se em 3,2.

Dessa forma, constata-se que, em nenhum dos períodos analisados a recuperanda esteve perto da região de penumbra, ou seja, esteve solvente em todos os períodos. Conforme pode-se verificar no gráfico infra.



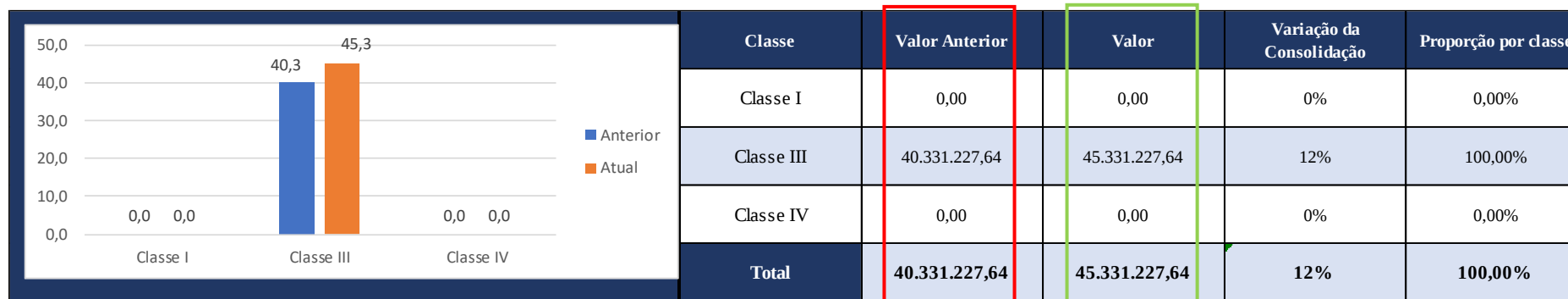


5.5 Lista de Credores

Considerando a atual fase processual, está Administração Judicial promoveu a consolidação da relação de credores da recuperanda, detalhada ao **ANEXO VI**⁵ deste instrumento. Analisando as alterações ocorridas pela consolidação, demonstradas na imagem infra, sendo os

⁵ **ANEXO VI** – Lista de Credores Consolidada por Recuperanda

valores destacados em **vermelho** os mesmos apresentados pela recuperanda e os valores destacados em **verde** os valores consolidados por esta Administração Judicial, temos que o total dos créditos aumentou 12% em decorrência do acréscimo no saldo devido a Classe III.



5.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente depois da aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

5.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido aprovado.

6. Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

02.735.385/0001-60 - (16/09/1998)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

49.12-4-02 – Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana

Capital Social: R\$ 1.206.027.130,51

Quadro de Sócios e Administradores:

Diretor – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginjas Pinto

Principal empresa do “Grupo SuperVia”, a recuperanda fora constituída com o objetivo de executar a atividade principal da concessão, que é a exploração do transporte ferroviário dentro do estado. Sendo ela a responsável pela execução da atividade central do grupo, sua operação é a maior do grupo, considerando que as demais executam atividades adjacentes ao cerne da concessão, mas de menor expressão.

6.1 Da Análise Societária

SELECIONAR ARQUIVAMENTOS					
Número	▲▼	Data	▼	Ato	▲▼ Páginas ▲▼
⊕ 00004873254		04/05/2022		Ata de Assembleia Geral dos Debenturistas	8
⊕ 00004847428		13/04/2022		Ata de Assembleia Geral dos Debenturistas	8
⊕ 00004807280		15/03/2022		Ata de Assembleia Geral dos Debenturistas	8
⊕ 00004771675		15/02/2022		Ata de Assembleia Geral dos Debenturistas	8

Fração de consulta realizado no dia 05/05/2022 por Atos registrados na JUCERJA.

Sendo assim, somente os documentos disponibilizados seviram de base para a análise realizada no presente item, cabe ressaltar que, em consulta ao *site* da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, foi identificado no registro de Ata de Assembleia Geral dos Debenturistas, que até a assinatura deste instrumento ainda não havia sido disponibilizada.

Os documentos arquivados e disponibilizados seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem com do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações:

A recuperanda forneceu em 08 de setembro de 2021, a pedido desta Administração Judicial, seis Atas de Assembleia registradas entre os meses de Julho e Agosto de 2021, contudo os atos registrados destacados na imagem ao lado não foram entregues a esta Administração Judicial.

Ao consultarmos a equipe da Recuperanda sobre os arquivamentos não disponibilizados, a mesma respondeu por e-mail que os registros se tratavam de Atas de Assembleia Geral de Debenturistas e que não possuíam modificações societárias ou novas delegações.

Data do Documento	Data do Arquivamento	Tipo de Documento	Deliberações
30/04/2021	28/07/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	- Aprovar prestação de contas da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, cabendo ressaltar que em decorrência da necessidade de ajustes relativos aos exercícios anteriores foi reapresentado e aprovado o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, e demonstração do fluxo de caixa de 2019, com vista a destinar o prejuízo do exercício findo em 31/12/2019 da Companhia, no montante de R\$ 13.852.701,42 excedentes ao prejuízo já destinado no montante de R\$ 16.827.959,38 para compor a conta de prejuízos acumulados, com total recomposto de prejuízo em 2019 de 30.680.660,80, após, foi igualmente aprovada a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 110.734.465,20 para compor prejuízos acumulados, passando o saldo a ser de R\$ 386.523.474,25, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral; - Aprovar Remuneração Global aplicável aos diretores da Companhia referente à atuação em todas as empresas do grupo econômico até o limite máximo de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia; - Considerar sanada a não observância dos prazos do artigo 144 e parágrafos da Leis 6.404/76, nos termos do § 4º daquele mesmo dispositivo.

05/05/2021	27/07/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovar a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo que a composição do referido Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, manteve-se da seguinte forma: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes, Kazuki Hama e Jaime Leôncio Singer, cabendo ressaltar que a eleição do Sr. Conselheiro Jaime foi aprovada considerando o procedimento excepcional de manifestação quanto a sua eleição por parte dos acionistas indiretos FI-FGTS e BNDESPAR, considerando o fato de tal conselheiro ter sido previamente indicado para integrar o Conselho de Administração desta Companhia em janeiro deste ano, sendo eleito em 29/01/2021.
28/05/2021	03/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Dar conhecimento do pedido de renúncia da composição do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Conselheiro Kazuki Hama; - Aprovar a consolidação da composição o Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia do conselheiro Kazuki Hama, permanecendo o Conselho de Administração com a seguinte formatação, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Jaime Leôncio Singer.
07/06/2021	09/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas subsidiárias SC Empreendimentos e Participações S.A., Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. e Hotel Central S.A, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A.
18/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação da eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro do efetivo do Conselho de Administração da Companhia; - Conhecimento da renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, apresentado pelo Sr. Jaime Leôncio Singer; - Aprovação da Consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta data, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Camona Côrtes e Hitoshi Ueda.

23/07/2021	03/08/2021	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS	- Declarar o Vencimento antecipado da Emissão, em decorrência do Evento de inadimplemento ensejado pelo pedido de Recuperação Judicial da Emissora, em 07 de junho de 2021, que tramita nos autos de nº 0125467-49.2021.8.19.0001, perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca do rio de Janeiro - RJ ("Pedido de RJ" e "RJ"), conforme disposto nas cláusulas 6.1.1 caput e item (iii) de 6.2.1 e seguintes da Escritura da Emissão; - Aprovar a contratação de assessor legal, conforme propostas, que serão disponibilizadas aos Debenturistas mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotruster.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade, para a defesa dos interesses dos Debenturistas no âmbito da RJ e de qualquer processo judicial ou extra judicial envolvendo a execução do crédito decorrente da Emissão no âmbito da RJ...; - Ratificar todos os atos praticados pelo Agente Fiduciário (os quais serão disponibilizados aos Debenturistas mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotruster.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade...; - Aprovar, caso seja aplicável na data de deliberação desta AGD, possível Execução das Garantias da Emissão, assim como as medidas a serem tomadas para Execução das Garantias da Emissão, caso aprovada, as quais deverão ser a enviadas pelo Assessor legal da RJ, após sua contratação, ao Agente Fiduciário, que enviará para conhecimento dos Debenturistas, mediante pedido por e-mail ao contencioso@pentagonotruster.com.br e envio dos documentos comprobatórios de sua titularidade; - Autorizar o Agente Fiduciário, para em conjunto com a Emissora, adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários para o cumprimento integral das deliberações referentes aos itens da Ordem do Dia.
------------	------------	---	--

6.1.1 Da Administração da Recuperanda

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2021 e registrada em 09 de agosto de 2021, onde fora registrada a renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pelo Sr. Jaime Leôncio Singer, a eleição do Sr. Hitoshi Ueda para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como aprovada a consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, com a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Conselho de Administração	Kazuhiza Ota	217.626.598-08
(c) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(d) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	231.849.028-70

6.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros, bem como atividades correlatas, incluindo as atividades de recuperação de parte do material rodante do sistema da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens e a execução do Programa de Serviços de Obras. Compulsando os documentos fornecidos, não fora localizada alteração das atividades.

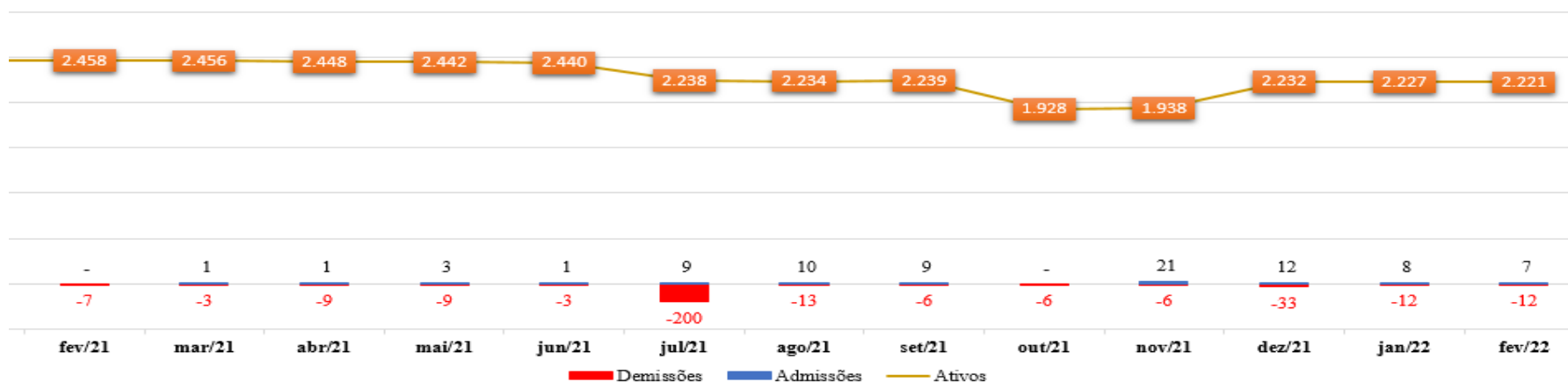
6.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

6.2 Do Quadro de Funcionários

De acordo com o relatório de movimentação de funcionário fornecido pela Recuperanda a esta Administração Judicial, pode-se notar variação no quadro de funcionários ativos da empresa, cuja média mensal de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022 perfez o quantitativo de 2.269 funcionários ativos. E também se destaca o mês de julho de 2021 como o de maior número de demissões. Conforme destacado no gráfico infra:

Evolução do Quadro de Funcionários

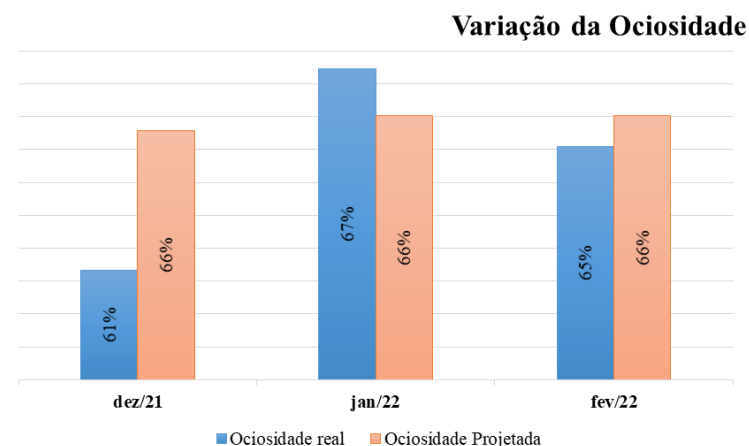


6.3 Das Operações das Recuperandas

Das recuperandas que compõem o “Grupo SuperVia”, a Supervia executa a principal operação do grupo, transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana, sendo ela a responsável pela maior movimentação de recursos. Considerando tal fato, todos os subitens deste tópico têm como base de análise os dados fornecidos pela recuperanda.

6.3.1 Da capacidade

Conforme relatório de Gestão de Desempenho fornecido pela recuperanda, considerando toda sua frota operacional de 164 TUEs; ocupação de 100% na hora pico de cada linha comercial (em dias úteis); mantendo o perfil horário para o restante do dia; a proporção entre dias úteis e não úteis, a média de capacidade máxima de passageiros em 2021 foi de 21,2 Milhões, tendo transportado uma média mensal de 7,4 milhões de passageiros, já em 2022 essa média mensal reduziu para 7,2, considerando os dois primeiros meses do ano.

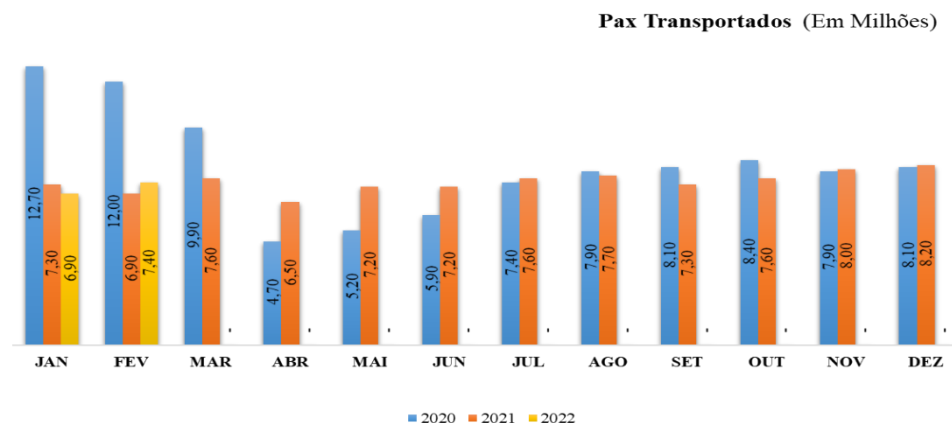


Relacionando a operação mensal apurada, com a média da capacidade total a disposição da recuperanda, vemos que apesar de janeiro de 2022 a empresa ter operado acima da ociosidade projetada, fevereiro apresentou recuperação, já que transportou um número de passageiros superior ao previsto em seu relatório.

Para efetuar a análise da ociosidade, fora utilizada a média mensal da capacidade total referente ao exercício de 2021, uma vez que a recuperanda não forneceu o dado do exercício corrente.

De acordo com o relatório “Pax Transportados” fornecido pela recuperando, cujo o objetivo é fornecer dados da quantidade de passageiros transportados, nota-se que realizando uma análise comparativa entre os exercícios 2020, 2021 e 2022, é possível notar que os três primeiros meses de 2020 foram bem superiores quando comparados a 2021, contudo, os três meses seguintes (lockdown em 2020) foram superiores em 2021, tendo o restante do ano uma superioridade nos transportes executados em 2021.

Já o primeiro mês do corrente ano, registrou um volume inferior de passageiros em relação ao mesmo período dos exercícios anteriores, sendo menor até mesmo que o previsto pela recuperanda, contudo, percebe-se que em fevereiro houve uma melhora de 7% em relação ao mesmo período de 2021, superando o planejado pela recuperanda para o mês em evidência.



6.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD⁶ e ECF⁷ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

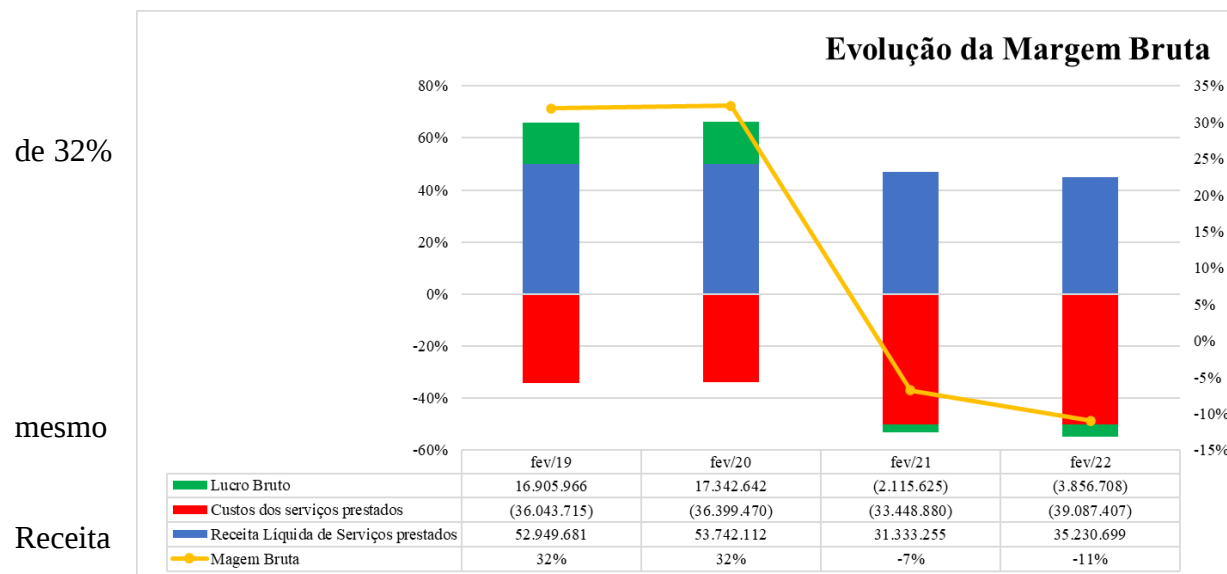
⁶ Escrituração Contábil Digital 2020

⁷ Escrituração Contábil Fiscal 2020

6.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício	Fev/2019	Fev/2020	Fev/2021	Fev/2022
Receita bruta de serviços prestados	64.245.490	59.118.671	36.370.770	40.277.518
Bilheteria	52.989.432	53.381.254	30.582.506	34.604.904
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	1.134.111	1.544.657	1.597.356	1.477.718
Outras receitas	0	0	0	0
Receita de construção	10.121.947	4.192.760	4.190.908	4.194.897
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(1.173.862)	(1.183.798)	(846.607)	(851.923)
Receita líquida de serviços prestados	63.071.628	57.934.873	35.524.163	39.425.595
Custos dos serviços prestados	(36.043.715)	(36.399.470)	(33.448.880)	(39.087.407)
Custo de construção	(10.121.947)	(4.192.760)	(4.190.908)	(4.194.897)
Lucro Bruto	16.905.966	17.342.642	(2.115.625)	(3.856.708)
Receitas (despesas) operacionais	(8.221.828)	(8.091.669)	(3.538.109)	(8.035.761)
Com vendas	(202.660)	(69.628)	(5.000)	(142.000)
Gerais e administrativas	(7.604.298)	(7.800.295)	(5.742.999)	(8.089.653)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(414.869)	(221.745)	2.209.890	195.892
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	8.684.138	9.250.974	(5.653.734)	(11.892.469)
Resultado de participações societárias	(21.127)	759	(8.194)	(12.755)
Equivalência patrimonial	(21.127)	759	(8.194)	(12.755)
Resultado financeiro	(7.925.312)	(5.089.081)	(3.282.463)	1.573.335
Despesas financeiras	(9.409.124)	(5.462.430)	(6.169.312)	(843.844)
Receitas financeiras	1.483.812	373.349	2.886.849	2.417.179
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	737.700	4.162.652	(8.944.391)	(10.331.889)
Imposto de renda e contribuição social	(2.689.816)	(3.010.553)	2.695.281	2.282.996
Do exercício	0	0	0	0
Diferidos	(2.689.816)	(3.010.553)	2.695.281	2.282.996
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.952.116)	1.152.099	(6.249.110)	(8.048.892)

Esta Administração Judicial, visando apresentar as informações de maneira que facilite a comparabilidade da demonstração, confrontou os dados de quatro exercícios, sendo eles 2019, 2020, 2021 e 2022, referente ao mesmo período, possibilitando para o usuário da informação comparar os resultados da recuperanda em períodos de livre circulação, *lockdown*, circulação reduzida e retomada da normalidade na circulação.



Conforme demonstrado no gráfico ao lado, fevereiro de 2019 apresenta uma Margem Bruta em um período de circulação normal, em fevereiro de 2020, período já de pandemia, fora apresentada a mesma margem de 32%, considerando que ainda não havia sido decretado *lockdown* e a receita seguia estável, contudo, o período em 2021, período de flexibilização na circulação, mas ainda dentro da pandemia, a Líquida teve uma redução de 42%, o que impactou diretamente na Margem Bruta que

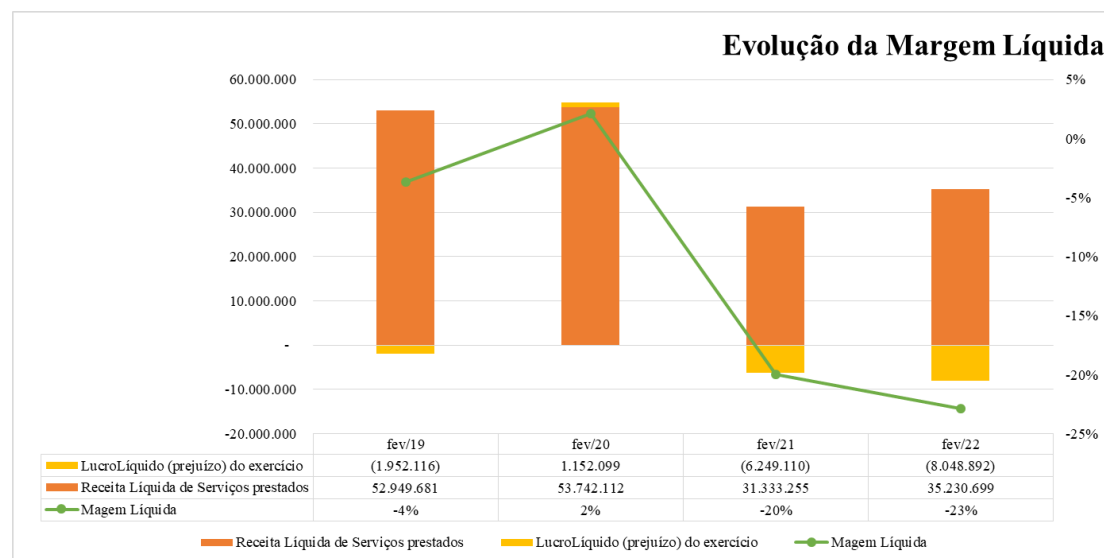
nesse período foi de -7%.

Já em fevereiro de 2022, o que se pôde observar foi que, mesmo após a flexibilização da circulação, a Receita Líquida não retornou ao patamar do período antes da pandemia, o que ainda impacta na percepção da Margem Bruta, que fora de -11%, agravada pelo aumento dos Custos dos Serviços Prestados.

Já a Margem Líquida que indica a proporção do resultado líquido da empresa em relação a sua receita líquida total, ou seja, quanto do total faturado num determinado período representa o resultado líquido da empresa, pode-se perceber analisando o gráfico ao lado que já em 2019 o mês de fevereiro não apresentava margem positiva.

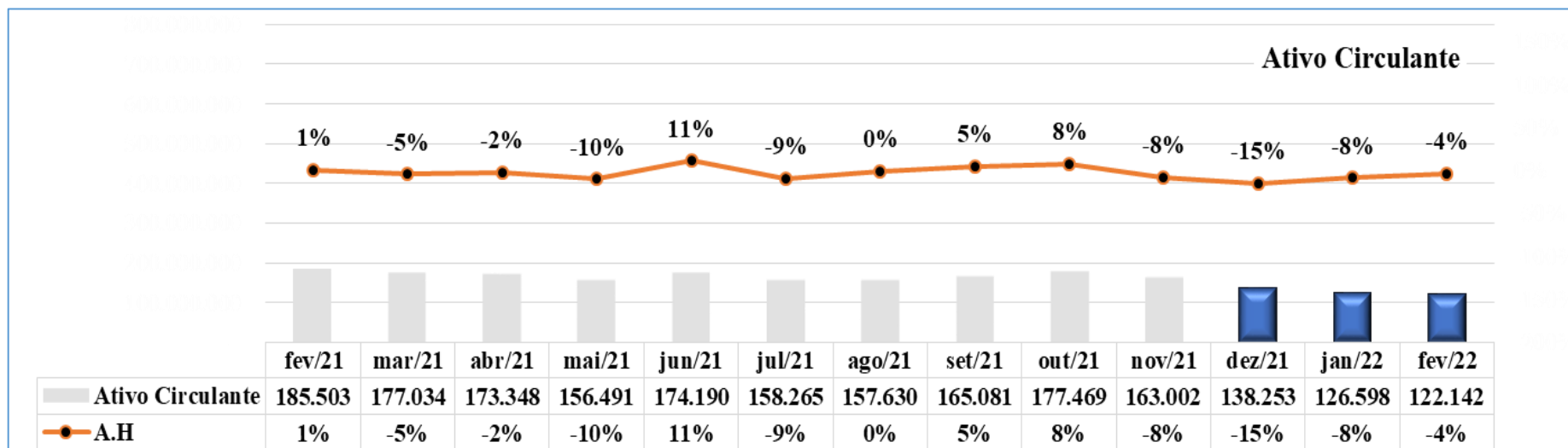
Em 2020, único exercício analisado em que o mês de fevereiro indicou lucro, também fora o único mês em que se apurou margem positiva de 2%, diferentemente dos

exercícios compreendidos no período da pandemia em que se apurou aumento constante dos prejuízos apurados, concomitantemente com a redução da receita líquida, fazendo com que a Margem Líquida caísse drasticamente para 20% em 2021 e 23% em 2022.



6.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante



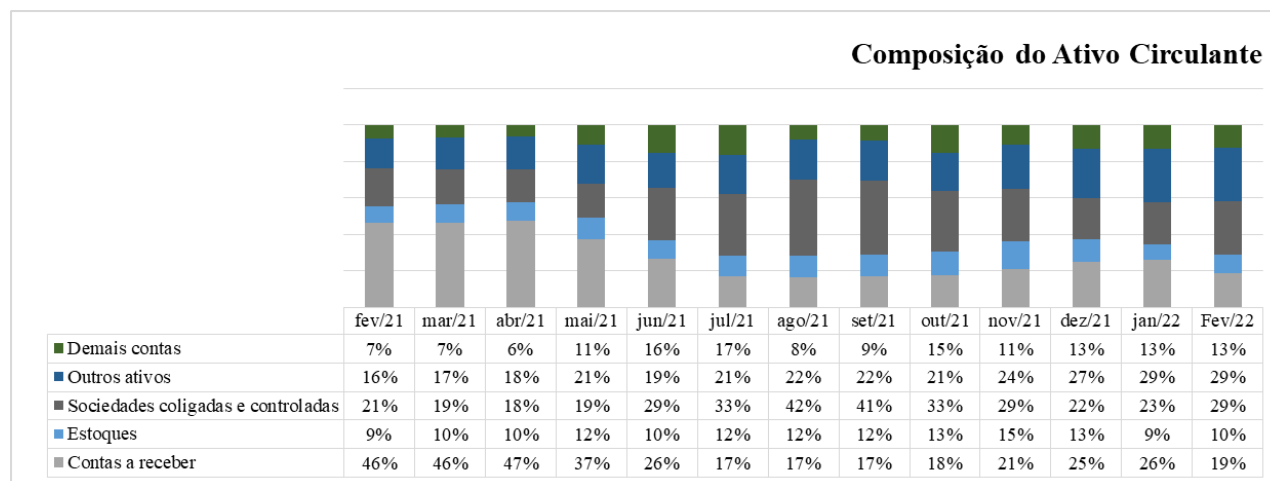
Conforme demonstrado no gráfico supra, o trimestre analisado no presente relatório apresenta redução constante, contudo, indicando menor proporção no mês de fevereiro, que decresceu 4%. Essa redução se deu principalmente pela diminuição dos valores escriturados nas contas de “Bens disponíveis para venda” e “Contas a receber”

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Ativo Circulante	138.253.051	126.598.161	-8	122.142.374	-4
Caixa e equivalentes de caixa	1.574.295	1.252.100	-20	1.899.116	52
Contas a receber	33.991.589	32.717.864	-4	22.844.373	-30
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	17.718.054	11.066.237	-38	12.015.962	0
Tributos a recuperar	649.606	649.606	0	657.180	1
Despesas do exercício seguinte	9.171.116	8.159.327	-11	7.147.538	-12
Adiantamentos a Fornecedores	3.390.356	2.946.756	-13	5.655.119	92
Sociedades coligadas e controladas	31.006.120	29.000.865	-6	36.007.665	24
Bens disponíveis para venda	3.799.300	3.799.300	0	-	-100
Outros ativos	36.952.616	37.006.106	0	35.915.421	-3

A redução do “Contas a Receber”, que variou negativamente em relação a janeiro em 30%, devido à redução drástica da subconta “Outros Valores a Receber” de pouco mais de 9 milhões. Já a variação negativa percebida na conta de “Bens disponíveis para venda” que fora zerada no presente período, o que implicou na redução de quase 4 milhões no grupo.

Em contrapartida às reduções, o “Caixa e equivalente de Caixa” apresentou em janeiro uma redução de 20%, aumentando em fevereiro 52%, devido a variação positiva na subconta “Banco Bradesco”, assim como a conta de “Adiantamento a Fornecedores” que cresceu 92%, e a conta de “Sociedades Coligadas e controladas” que sofrera aumento de 6,9 milhões escriturado na subconta “ FLOSPE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A”.

É importante destacar que a conta Sociedades Coligadas e Controladas, em todos os meses analisados representava grande parte do grupo e a mesma poderia ser registrada no Ativo Circulante, quando os valores fossem decorrentes de relações usuais entre as organizações, sendo diferente, os lançamentos de saldos inerentes a relações não usuais, deve ser



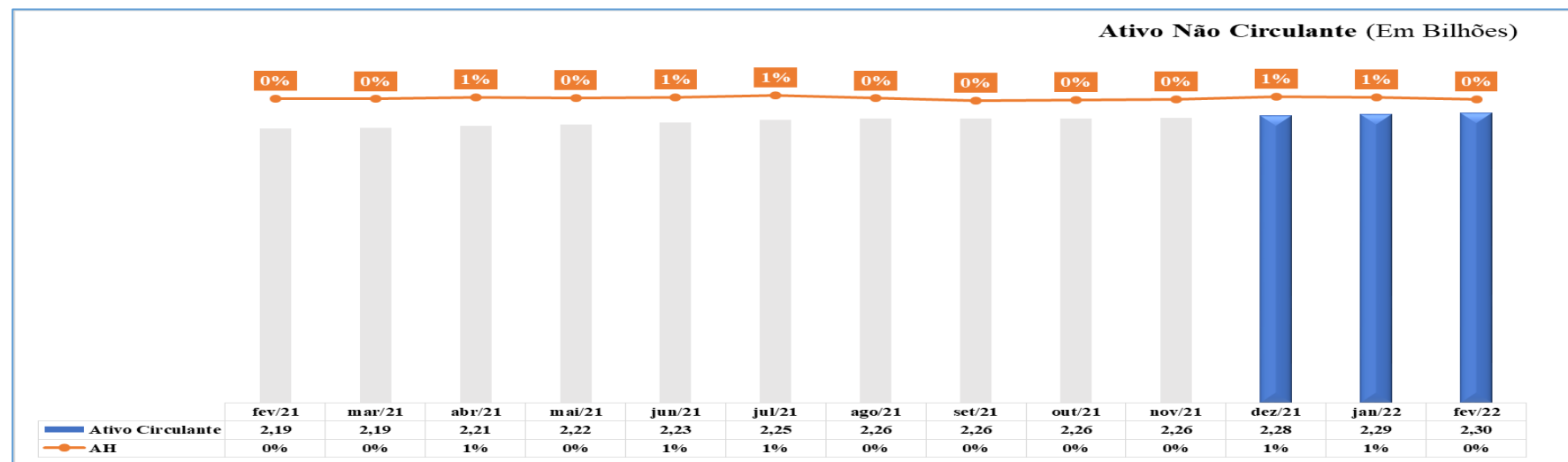
alocado dentro do Ativo Não Circulante, conforme determina o Art. 179 da Lei 6.404/76⁸, contudo a conta que passou a representar o maior saldo do grupo é “Outro Ativos” com 29%, em seguida a conta “Contas a Receber” com 26%.

As contas de menor expressão, que indicavam menos que 10% foram somadas e agrupadas no grupo de Demais contas, para melhorar a análise realizada, contudo permanecem discriminadas no quadro acima.

⁸ Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

II. Ativo Não Circulante

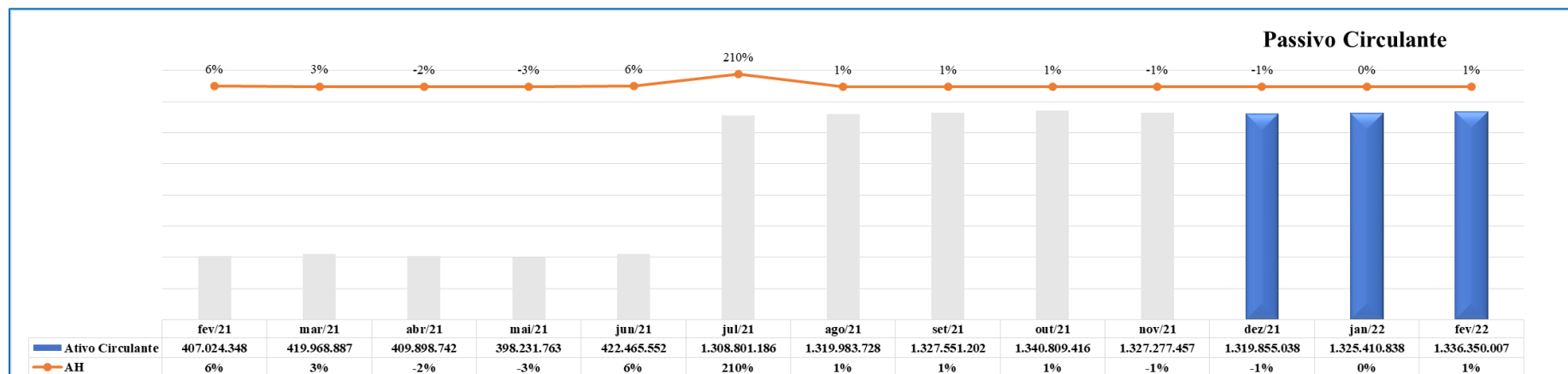


Conforme cenário apresentado no gráfico supra, nota-se que houveram pequenas variações, que para o mês de fevereiro representaram um aumento de 5 milhões no total do grupo. Essa variação se deu principalmente aumento das contas de “Tributos Diferidos” e “Contas a Receber”, que apesar da variação se proporcionalmente pequena, representou um valor consideravelmente alto em relação as demais contas, conforme destacado no quadro ao lado.

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Ativo Não Circulante	2.278.373.563	2.290.427.295	1	2.295.278.262	0
Realizável a longo prazo	592.694.638	599.845.781	1	606.054.195	1
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	0
Contas a receber	160.508.297	162.858.419	1	165.502.552	2
Tributos Diferidos	411.370.153	416.311.376	1	419.837.153	1
Depósitos compulsório	20.816.189	20.675.986	-1	20.714.490	0
Investimento	-5.433.600	-5.443.849	0	-5.456.604	0
Intangível	1.691.112.525	1.696.025.364	0	1.694.680.672	0

[illegible]

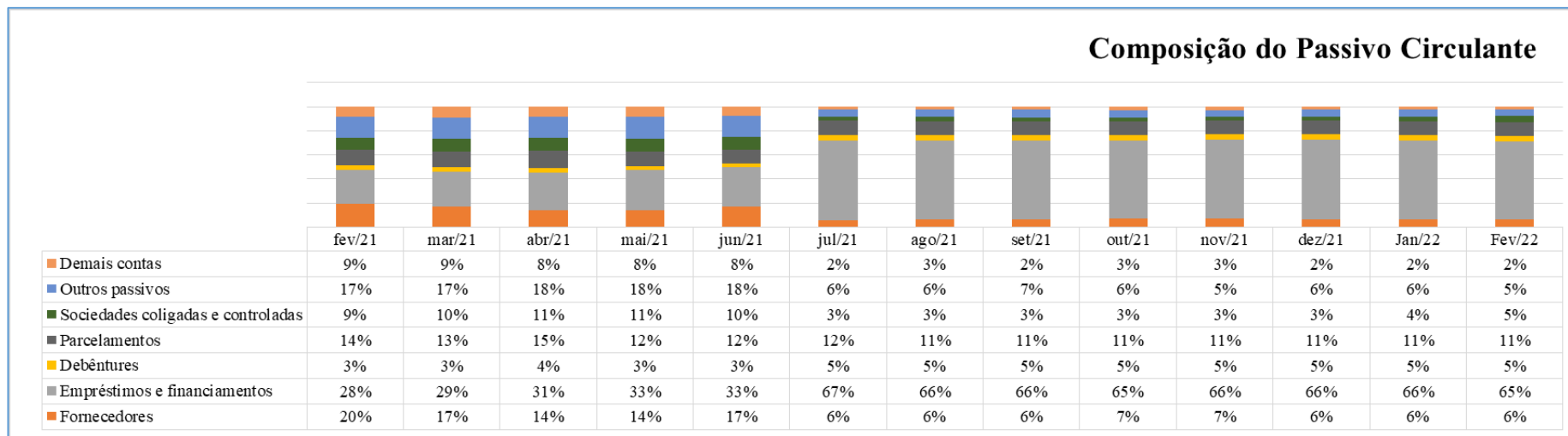
III. Passivo Circulante



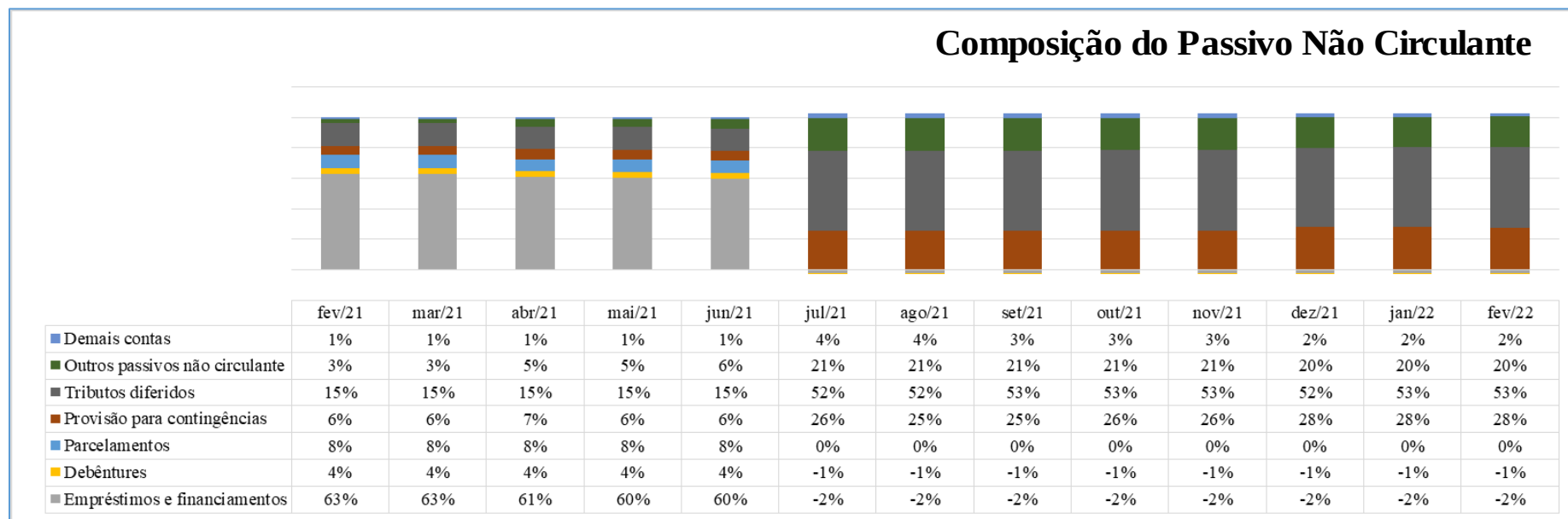
CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Passivo Circulante	1.319.855.038	1.325.410.838	0	1.336.350.007	1
Fornecedores	85.600.007	81.106.638	-5	82.045.598	1
Empréstimos e financiamentos	873.139.451	873.139.451	0	873.139.451	0
Debêntures	61.391.052	61.391.052	0	61.391.052	0
Salários e encargos sociais	16.891.149	17.008.776	1	18.087.006	6
Tributos a pagar	6.747.976	6.715.689	0	6.536.099	-3
Dividendos propostos	-	-	0	-	0
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	0	-	0
Parcelamentos	150.549.038	150.549.038	0	150.549.038	0
Concessão a pagar	7.306.798	7.306.798	0	7.306.798	0
Adiantamentos Teleféricos	-	-	0	-	0
Sociedades coligadas e controladas	43.957.108	53.977.404	23	65.909.620	22
Outros passivos	74.272.459	74.215.993	0	71.385.344	-4

Conforme se pode verificar no gráfico supra e quadro ao lado, a variação ocorrida em fevereiro foi de apenas 1%, sendo o maior responsável por esta variação a escrituração do *Dip Finance*, escriturado na conta “Gumi DIP FINANCE” nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, cujo montante aumentou o grupo em 24 milhões de reais.

Dessa maneira no gráfico infra, que representa a análise vertical do passivo circulante e a sua composição em proporção, não houveram nenhuma variação significativa no último trimestre analisado.



IV. Passivo Não Circulante



Em análise do último trimestre, podemos perceber que não houve variação significativa na composição do grupo, mantendo-se a mesma proporção entre as contas, mantendo-se “Tributos Diferidos” como a conta de maior expressão no grupo.

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Passivo Não circulante	365.247.127	366.518.267	0	367.880.310	0
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-7.623.372	-7.583.249	-1	-7.543.126	0
Debêntures	-2.007.130	-1.964.029	-2	-1.920.927	0
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	8.351.432	8.033.429	-4	7.711.206	0
Tributos a pagar	22.144	16.608	-25	11.072	0
Provisão para contingências	102.101.121	101.975.477	0	101.975.477	-
Tributos diferidos	190.608.304	192.473.179	1	194.307.535	0
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulante	73.794.629	73.566.851	0	73.339.073	0

Como se pode verificar no quadro ao lado, as obrigações de longo prazo, registradas no Passivo Não Circulante, sofreram não sofreram grandes alterações dentro do trimestre analisado, mesmos assim, vale ressaltar que as contas de “Empréstimos e financiamentos” e “Debêntures” seguem com seus saldos “virados”, indicando natureza devedora no grupo em que as contas possuem natureza credora.

V. Patrimônio Líquido

A única alteração no grupo em questão ocorrera nas contas de “Resultados Acumulados”, onde fora escriturado o resultado do exercício.

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Patrimônio líquido	727.725.150	721.297.051	-2	713.190.319	-1
Capital social	1.186.086.966	1.186.086.966	-	1.186.086.966	-
Reserva de capital	11.467	11.467	-	11.467	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	-458.373.283	-464.801.382	4	-472.908.114	2

VI. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

Em relação regularidade Fiscal/Tributária, foram confrontados todos os documentos fornecidos pela recuperanda, com documentos e relatórios que puderam ser emitidos pelos órgãos competentes, a fim de consolidar a informação da maneira mais transparente possível.

A. Fazenda Nacional

Em relação aos débitos oriundos da Fazenda Nacional, a recuperanda apresentou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, com ressalva indicando existirem débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal e débitos inscritos em dívida ativa registrados nos sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Conforme quadro ao lado, com informações extraídas do Relatório de Situação Fiscal⁹, emitido em 03/03/2022, existem débitos objetos de processos de execução que se encontram com exigibilidade

Nº	PROCESSO	SITUAÇÃO
1	12448.723.546/2018-08	PARCELAMENTO ATIVO
2	11080.732.912/2018-55	SUSPENSO-JULGAMENTO DO RECURSO VOLUNTARIO
3	11080.734.271/2018-73	SUSPENSO-JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO
4	12448.905.314/2014-34	SUSPENSO-MEDIDA JUDICIAL
5	12448.905.495/2014-07	SUSPENSO-MEDIDA JUDICIAL
6	12448.911.495/2014-38	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
7	12448.911.640/2014-81	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
8	12448.911.641/2014-25	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
9	12448.911.642/2014-70	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
10	12448.911.643/2014-14	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
11	12448.911.644/2014-69	DEVEDOR-EM JULGAMENTO RECURSO (CREDITO)
12	17227.720.721/2021-11	SUSPENSO-JULGAMENTO DA IMPUGNACAO
13	46215.032.193/2005-66	ATIVA AJUIZADA - GARANTIA - CARTA FIANCA

⁹ ANEXO II – Relatório Situação Fiscal Supervia

suspensa. Cabe ressaltar que os documentos não apresentam informações detalhadas do débito.

Além dos débitos supra, a recuperanda no mês 07/2021 apresentou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas¹⁰, onde constam inscrições em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas em 35 processos que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho – 1º Região. O referido documento não faz menção de valores, possuindo apenas informações dos processos. Não fora nova certidão atualizado, sendo assim, impossibilitando está Administração de atualizar o status dos processos.

B. Fazenda Estadual

Natureza	QTD.	Nov/21	QTD.	Jan/22	Variação (%)	QTD.	Fev/22	Variação (%)
MULTA CECA	3	175.927	3	177.236	1	3	178.052	1
MULTA CONTRATUAL AGETRANSF	77	13.752.815	77	13.902.106	1	77	13.995.160	2
TAXA DE INCÊNDIO	13	4.698	23	4.740	1	23	6.431	37
TAXA DE REGULAÇÃO – AGETRANSF	12	4.131.461	12	4.138.180	-	12	4.142.368	0
MULTA PROCON	17	1.873.766	17	1.895.404	1	17	1.908.891	2
TOTAL:	122	19.938.668	132	20.117.666	1	132	20.230.902	1

A recuperanda não forneceu dados referentes a apuração da dívida tributária com o Estado referente ao mês de fevereiro/2022, todavia, em consulta ao *site* do próprio

órgão, está Administração Judicial emitiu um relatório geral¹¹ onde são acusadas 132 inscrições, havendo variação considerável na “TAXA DE INCÊNDIO”, aumentando em 14% em relação ao período anterior, demais, não houveram variação significantes.

C. Fazenda Municipal

¹⁰ ANEXO III – Relação de inscrições em Certidão Positiva de Débitos

¹¹ ANEXO V – Relatório PGE - SuperVia.

Natureza	Ocorrências	Dívida (R\$)	Proporção
ITBI	3	3.322,20	0,22%
Multa Adm. (Fundação GeoRio)	1	390,13	0,03%
Multa Adm. (S.M. Saúde)	3	10.393,58	0,70%
Multa Adm. (S.M. Urbanismo)	109	109.485,74	7,34%
Multa Administrativa	80	1.391.530,68	93,34%
TOTAL	196	1.515.122,33	100,00%

A recuperanda não forneceu dados acerca de débitos de ISS, contudo a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, em Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza expedida em 03/09/2021, fornecida pela recuperanda para o relatório anterior, apresenta ocorrência de débito referente ao processo de nº 43532182008 A.I. que se encontrava

suspenso por decisão judicial. Sem indicação de valores. Já a Procuradoria Geral do Município, em certidão também fornecida pela recuperanda apresenta apuração de 196 ocorrências de inscrições em dívida ativa, sendo 93% relacionado a créditos oriundos de multas aplicadas pelo município.

VII. Das contingências apresentadas

A recuperanda, apresentou nos autos o Relatório Detalhado do Passivo Fiscal¹², que é composto pelos parcelamentos fiscais/tributários ativos e as provisões realizadas considerando o período de 2014 a 2018.

O único parcelamento ativo apresentado pela recuperanda possui saldo devedor de R\$ 150.948,00 (cento e cinquenta mil, novecentos e quarenta e oito reais) apurado em 30 de abril de 2021, sendo a parcela mensal de R\$ 6.289,50 (seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Empresa	Tributo	Esfera	Período	Principal	Multa	Juros	Total	Valor com Desconto	Qtde Parc	Total pago até 30/04/21	Saldo Devedor	Parcela atual
Supervia	CPRB	Federal	2014/2015	181.97,64	136.479,50	68.303,78	386.755,92	332.163,60	60	216.079,04	150.948,00	6.289,50

¹²Folhas 02391/02392 - RELATÓRIO DETALHADO DO PASSIVO FISCAL 2014 a 2018, do processo principal.

Segundo o mesmo relatório, foram registrados 73 contingenciamentos que totalizam o montante de R\$ 55.553.305,25 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos). No referido relatório são apresentados contingenciamentos para créditos de esfera Nacional, Estadual e Municipal, conforme se pode verificar no quadro infra.

PARTE CONTRÁRIA	OCORRÊNCIAS	PROVISÃO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	12	3.537.245,52
MUNICÍPIO DE BARRA MANSA	1	676,57
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	1	1.888,72
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS	6	185.279,7
MUNICÍPIO DE MESQUITA	1	2.658,67
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO	1	6,88
MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS	1	1
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS	2	114.871,85
SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.	9	1.193.328,92
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	15	6.17.392,5
MUNICÍPIO DE MAGÉ	1	8.877,4
FAZENDA NACIONAL	3	122.647,65
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU	2	668.46,97
PREFEITURA DE QUEIMADOS	2	636.829,69
UNIÃO FEDERAL	3	5.5.496,43
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	7	4.28.924,12
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI	3	33.715.726,77
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF / FAZENDA NACIONAL	1	-
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	1	-
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	-
TOTAL PROVISIONADO	73	55.553.35,28

6.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ¹³, analisando o último trimestre (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), visando fornecer informação sobre a atual posição econômico financeira da recuperanda.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas.

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Corrente	0,10	0,10	0,09

¹³ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

b) Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

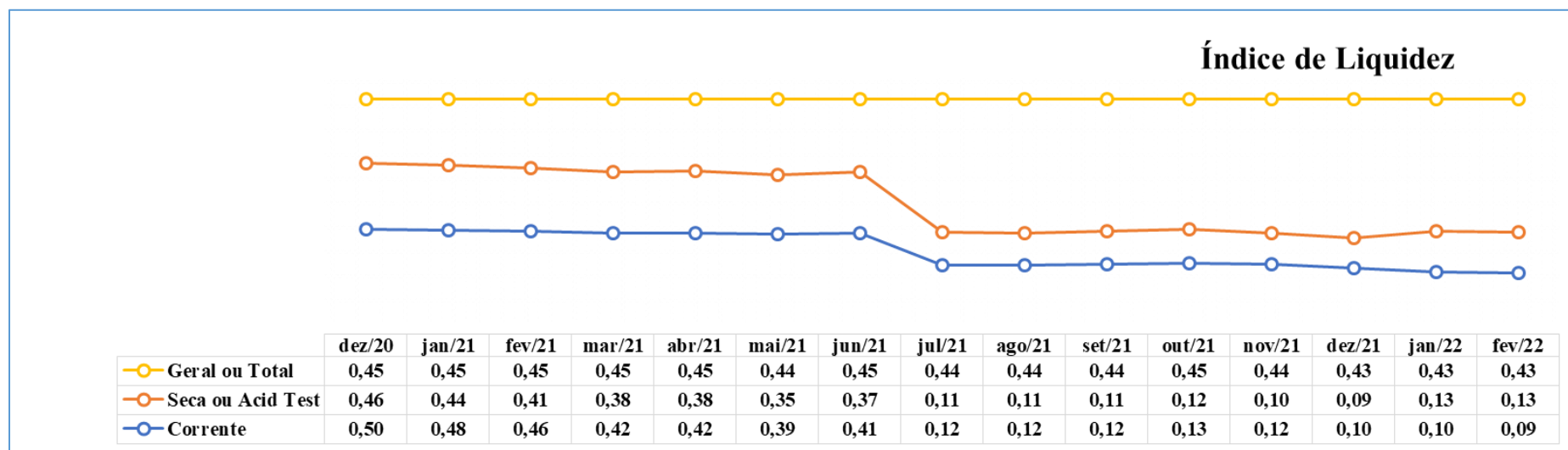
Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Imediata/Instantânea	0,00	0,00	0,00

c) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula $LG =$

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$$

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Geral ou Total	0,43	0,43	0,43



Conforme se verifica no gráfico ao lado, em nenhum dos períodos analisados, os índices estiveram próximos de 1 (um). A Liquidez Corrente, que mede o Ativo Circulante em relação ao passivo Circulante, em fevereiro/22 manteve-se equiparado aos meses anteriores, indicando que para cada real registrado nas obrigações de curto prazo, teriam apenas R\$ 0,10 (dez centavos) para cobrir. Por sua vez, a Liquidez Geral, que considera além do Ativo e Passivo Circulantes, os Realizáveis e Exigíveis a longo prazo, é possível notar que a situação da recuperanda é mais consistente no cenário de longo prazo. Já o Índice de Liquidez Imediata que considera as Disponibilidades para cobertura do Passivo Circulante, registraram em fevereiro/2022 menos de um centavo para suprir cada real registrado nas obrigações de curto prazo, indicando que os ativos imediatamente líquidos não seriam suficientes para honrar essas obrigações.

d) Endividamento

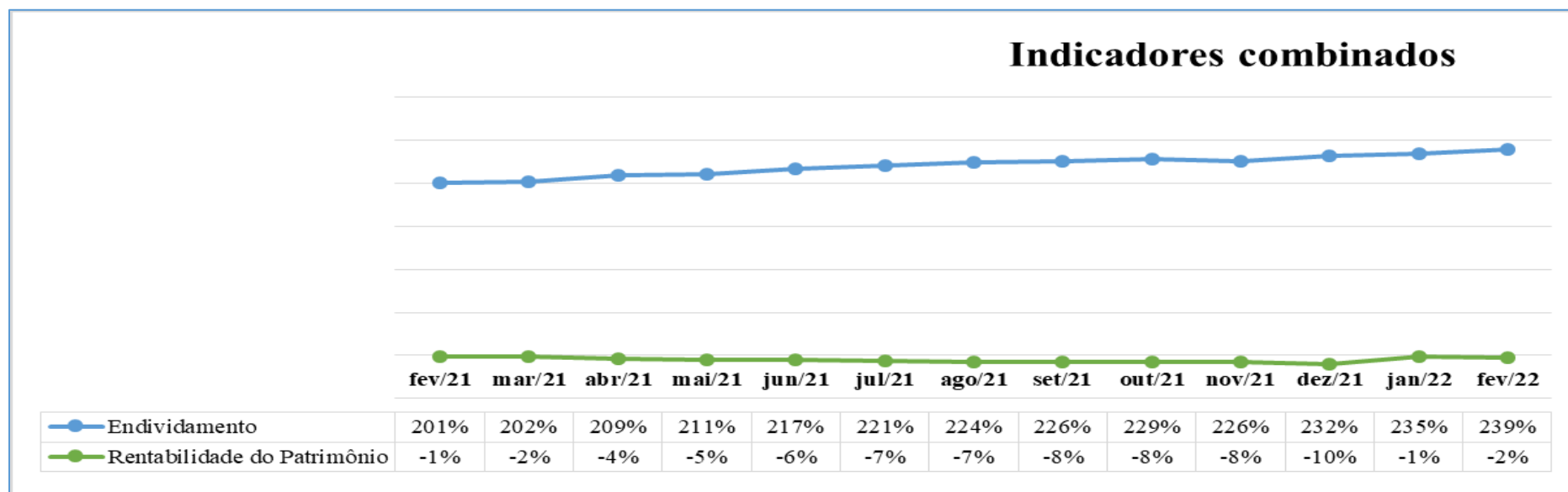
O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Indicador	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Endividamento	232%	235%	239%

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Indicador	fev/21	fev/22
Rentabilidade do Patrimônio	-1%	-2%



O Endividamento é o índice que tem por objetivo demonstrar qual proporção do capital de terceiros em relação ao capital próprio. Observando o gráfico supra é possível perceber que a recuperanda apresenta um grau de endividamento onde o capital de terceiros é mais do que duas vezes maior do que o capital próprio. Importante frisar que, o endividamento com terceiros segue aumentando desde as primeiras análises realizadas, muito embora grande parte seja originada em virtude de financiamentos realizados para a manutenção das atividades, como o DIP por exemplo, que fora autorizado no período Recuperacional.

Acerca Rentabilidade do Patrimônio, não houve indicativo de rentabilidade em nenhum dos períodos analisados, sobretudo, destacando o mês em evidência, é percebida uma piora em relação ao mesmo período do ano passado.

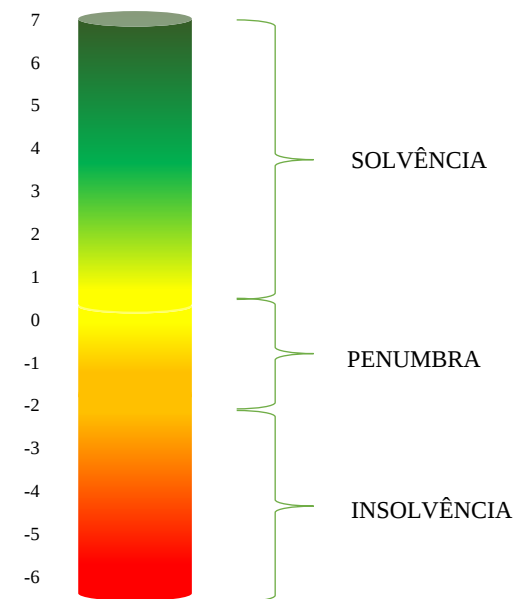
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.

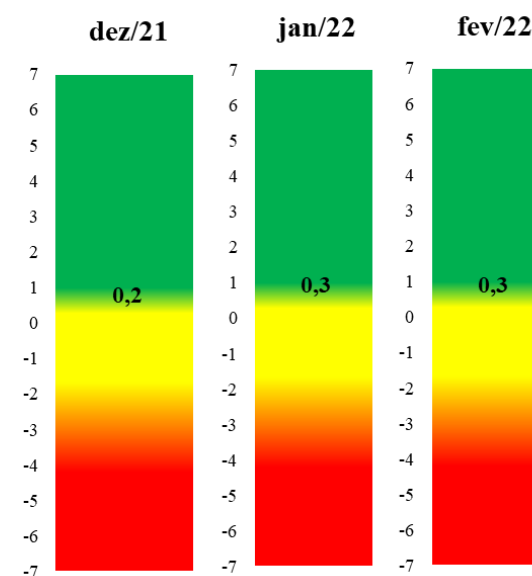


O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC - Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06$
x $\frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

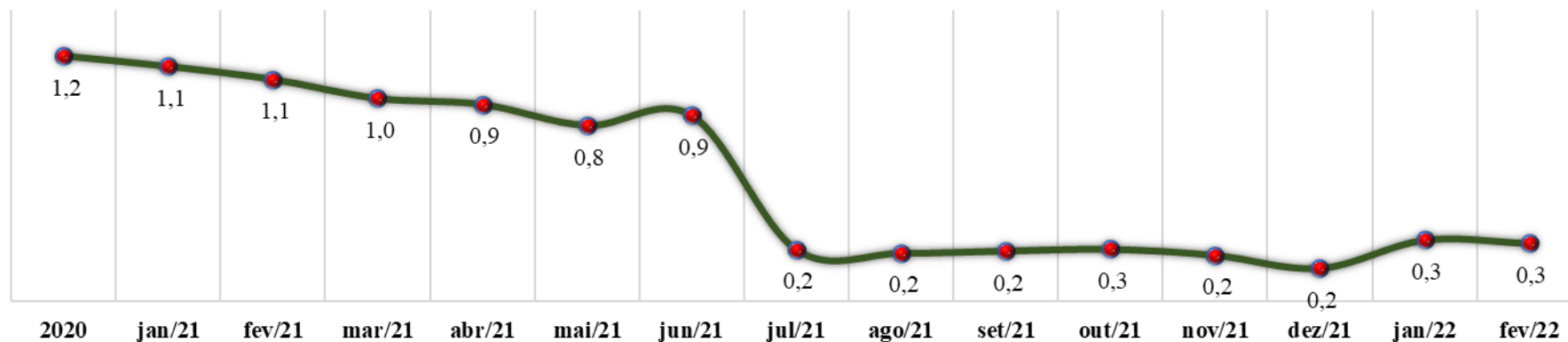
Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, no trimestre, constatou-se que a recuperando encontra-se no estado de penumbra, uma vez que, analisando o trimestre (dezembro, janeiro e fevereiro), os indicadores permanece em 0,2 dezembro, janeiro e fevereiro/2022 em 0,3.

Ainda que tenha havido considerável queda nos fatores de insolvência apurados no trimestre, trata-se da reclassificação dos maiores saldos Passivo não Circulante para o Passivo Circulante, o que ensejou a queda dos Índices de Liquidez e a manutenção desse indicador. O modelo de previsão de insolvência de Kanitz indica que a empresa se encontra no estado de penumbra, motivo pelo qual a recuperanda deve manter-se em estado de alerta quanto a sua liquidez.

É importante frisar que os indicadores desse modelo de previsão vêm sofrendo quedas constantes desde 2020, conforme pode-se verificar no quadro abaixo.

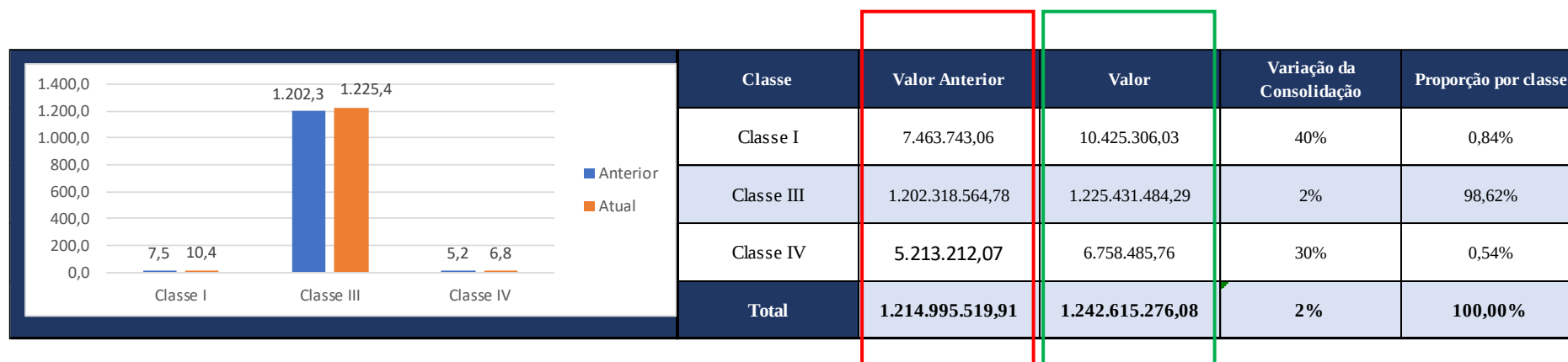


Evolução da previsão de insonvência de Kanitz



6.5 Lista de Credores

Considerando a atual fase processual, esta Administração Judicial promoveu a consolidação da relação de credores da recuperanda, detalhada ao **ANEXO VI**¹⁴ deste instrumento. Analisando as alterações ocorridas pela consolidação, demonstradas na imagem infra, sendo os valores destacados em **vermelho** os mesmos apresentados pela recuperanda e os valores destacados em **verde** os valores consolidados por esta Administração Judicial, temos que o total dos créditos aumentou em 2%, que corresponde a quantia de R\$ 27.619.756,17 (vinte e sete milhões seiscentos e dezenove mil setecentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos). Essa variação se deu pelo aumento dos créditos relacionados na Classe III, que apesar de ter tido a menor variação em termos de percentual, teve o maior aumento em termos financeiros, cujo valor acrescido foi de R\$ 23.112.919,51 (vinte três milhões cento e doze mil novecentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos).



¹⁴ **ANEXO VI** – Lista de Credores Consolidada por Recuperanda

6.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

6.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido aprovado.

7. FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.

14.787.226/0001-99 - (25/10/2011)

Av. Paulista, 1842, andar 9 conj. 97 – parte, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01.310-945.

Atividades:

70.20-4-00 – Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria específica (Dispensado*).

Capital Social: R\$ 500,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Presidente – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginja Pinto

Conselheiro de Administração – Alexandre Carmona Cortes

Conselheiro de Administração – Kazuhisa Ota

Conselheiro de Administração – Kazuki Hama

Coligada da SuperVia, a empresa constituída em 2011, tem por objetivo auxiliar no gerenciamento dos recursos, bem como investimentos relacionados a todo o “Grupo SuperVia”.

7.1 Das Análise Societária

Em relação a análise societária, foram solicitados à recuperanda os últimos atos registrados no órgão competente para que fosse procedida a presente análise, contudo, dos 03 (três) arquivos fornecidos somente 01 (um) possuía selo de registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

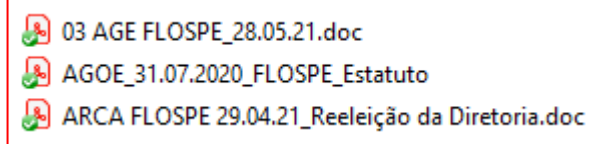


Figura 3: Documentos fornecidos pela recuperanda.

Conforme consulta realizada no site da mencionada Junta Comercial, o último arquivamento refere-se a A.R.C.A.¹⁵ realizada em 23/09/2020, contudo, dos documentos fornecidos pela recuperanda, somente a A.G.O.E.¹⁶ realizada em 31/07/2020 foi disponibilizado, conforme arquivo “AGOE_31.07.2020_FLOSPE_Estatuto”. Os demais documentos não possuem selo de registro no órgão competente, todavia, está Administração Judicial os considerou como válidos, uma vez que resta apenas seu arquivamento no órgão competente.

7.1.1 Da Administração da Recuperanda

De acordo com o documento enviado pela recuperanda “ARCA FLOSPE 29.04.21_Reeleição da Diretoria.doc”, é deliberada a reeleição do Sr. **Antônio Carlos Sanches**, permanecendo como Diretor Presidente, e o Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto**, permanecendo como Diretor Financeiro. No referido ato não há consolidação do Conselho de Administração.

¹⁵ A.R.C.A. – Ata de Reunião do Conselho Administrativo.

¹⁶ A.G.O.E. – Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Já no AGE¹⁷ de 28 de maio de 2021, registrou-se a renúncia do Sr. **Kazuki Hama**, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Também fora aprovada a eleição do Sr. **Hitoshi Ueda**, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como sua consolidação, passando a figurar da seguinte maneira:

Cargo	Nome	CPF
(a) Conselho de Administração	Kazuhiza Ota	217.626.598-08
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(c) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

7.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a prestação de serviços de assessoria de gestão, incluindo:

Objeto Social
(a) Orientação e assistência operacional para a gestão de negócios;
(b) Consultoria na negociação de contratos e aquisição e venda de bens e serviços, conforme as especificações técnicas fornecidas por seus clientes;
(c) Controle orçamentário de empreendimentos e gestão de recursos necessários à respectiva implantação, podendo <i>inter alia</i> , para tanto, assumir a condição de depositário fiel de recursos e bens de terceiros;
(d) A participação no capital de outras sociedades prestadoras de serviços afins, correlatos e/ou complementares.

¹⁷ AGE – Assembleia Geral Extraordinária.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

7.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Avenida Paulista, 1.842, 9º Andar, conjunto 97 (parte), Edifício Cetenco Plaza Torre Norte, Bela Vista, CEP 01.310-200, São Paulo - SP, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

7.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

7.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

7.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD¹⁸ e ECF¹⁹ (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

¹⁸ Escrituração Contábil Digital 2020

¹⁹ Escrituração Contábil Fiscal 2020

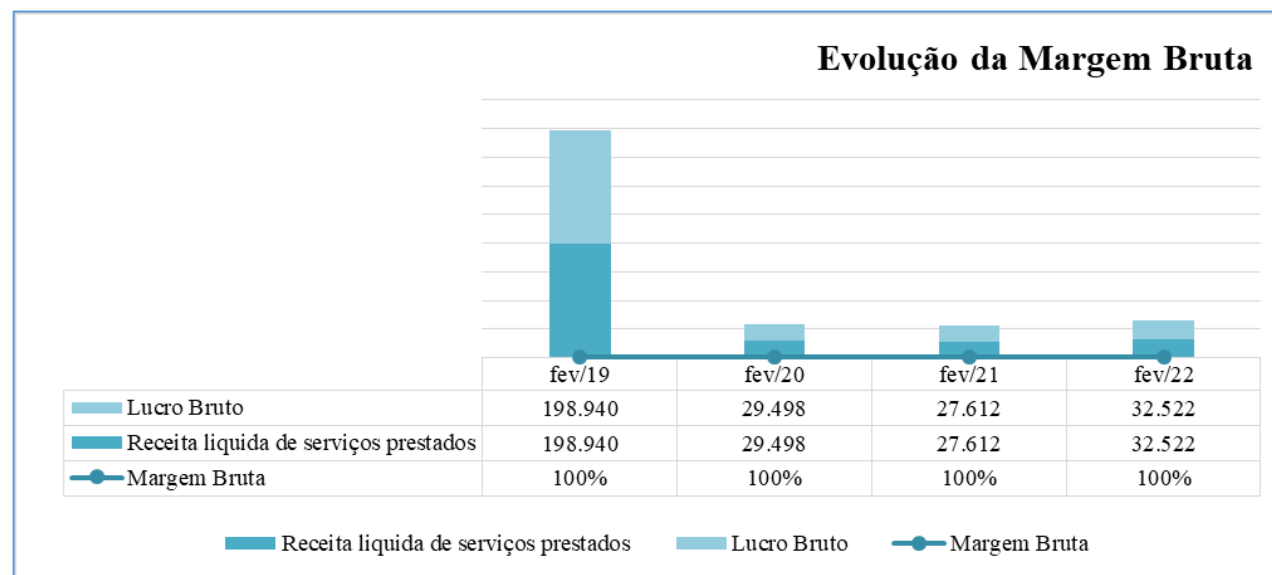
7.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício	Fev/19	Fev/20	Fev/21	Fev/22
Receita bruta de serviços prestados	232.000	34.400	32.200	37.926
Bilheteria	-	-	-	-
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	-	-	-	-
Outras receitas	232.000	34.400	32.200	37.926
Receita de construção	-	-	-	-
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(33.060)	(4.902)	(4.589)	(5.404)
Receita líquida de serviços prestados	198.940	29.498	27.612	32.522
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Lucro Bruto	198.940	29.498	27.612	32.522
Receitas (despesas) operacionais	(191.856)	(29.850)	(26.400)	(32.853)
Com vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(191.856)	(29.850)	(26.400)	(32.853)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	7.084	(352)	1.212	(332)
Resultado de participações societárias	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado financeiro	(32.730)	(15.836)	(4.227)	(7.586)
Despesas financeiras	(32.730)	(15.836)	(4.296)	(7.787)
Receitas financeiras	-	-	69	200
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.646)	(16.188)	(3.015)	(7.918)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Do exercício	-	2.418	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(25.646)	(13.770)	(3.015)	(7.918)

Diferentemente das análises anteriores, está Administração Judicial, visando apresentar dados mais relevantes para o presente relatório, procedeu com a análise dos mesmos períodos em exercícios diferentes, possibilitando a comparabilidade do mesmo mês em épocas distintas.

Analisando o quadro ao lado, nota-se que em fevereiro de 2019 no grupo de “Receita bruta de serviços prestados” foi apurado R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais), oriundo da conta de “SERVIÇOS PRESTADO”. Contudo, nos anos seguintes houve uma redução considerável nas prestações de serviços, diminuindo 574% comparando com fevereiro de 2020 e mantendo em fevereiro de 2021 e 2022. Tal redução refletiu também na apuração da “Receita líquida de serviços prestados” de 574%.

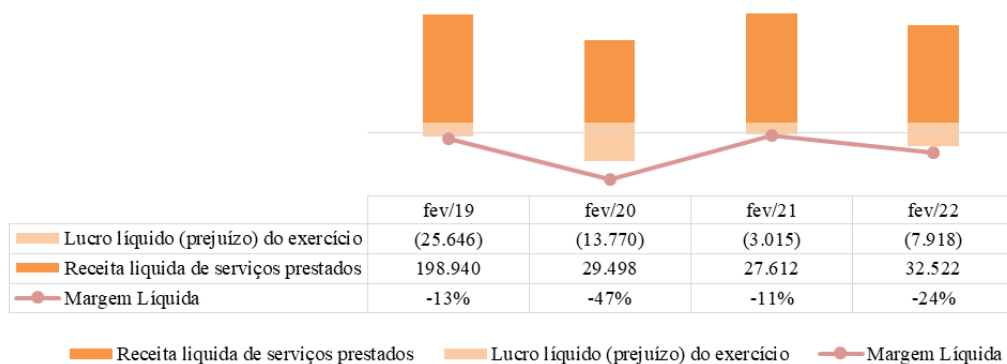
Nota-se também, quando consideradas as despesas “Gerais e administrativas”, “Receitas (despesas) operacionais”, cujo valor apurado em fevereiro de 2019 foi de R\$ 198.940,00 (cento e noventa e oito mil novecentos e quarenta reais) reduziu em fevereiro de 2020 em 574%, não houve redução ou aumento considerável em fevereiro de 2021 e 2022. A recuperanda apurou um prejuízo em todos os anos analisado, conforme demonstrado no quadro acima.



Considerando a evolução da Receita Líquida em relação ao Lucro Bruto apurado, é possível calcular a Margem Bruta, um dos principais indicadores para medir a lucratividade da empresa. Assim como nos períodos anteriormente analisados, com os dados fornecidos pela recuperanda, fora apurada uma Margem Bruta de 100%, essa margem se repete de maneira constante em todos os períodos analisados, uma vez que não há apuração de custos nos períodos

analisados, tanto em 2021 quanto agora em 2022.

Evolução da Margem Líquida (Em Milhares de reais)



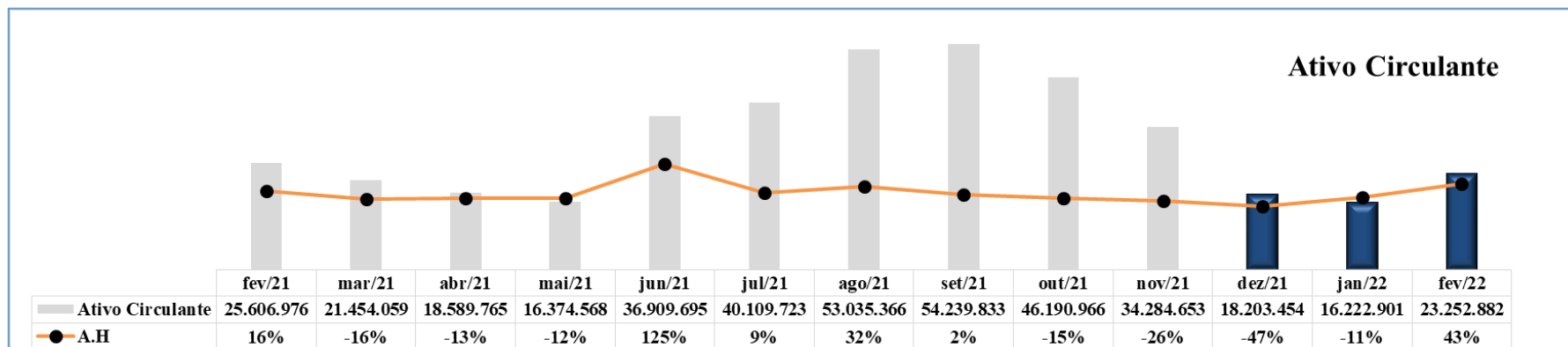
A Margem Líquida indica a proporção do resultado líquido da empresa em relação a sua receita líquida total, ou seja, quanto do total faturado num determinado período representa ao resultado líquido da empresa.

Analisando os resultados mensais do mesmo período nos quatro últimos anos, podemos notar que em fevereiro de 2020 o prejuízo apurado representou 47% de toda receita, o que em proporção foi 34% maior que em 2019. Já nos

anos de 2020 e 2021 a margem negativa se manteve entre 11% e 24%, respectivamente, demonstram que o corrente ano, apesar de apresentar uma receita maior, indicou margem inferior, já que apurou-se um prejuízo maior que no ano anterior.

7.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante



Conforme demonstrado no gráfico supra, o trimestre analisado no presente relatório apresenta um aumento em fevereiro de 2022, cuja variação representou 43% em relação ao mês anterior. Esse aumento se deu principalmente pelo o subgrupo “Caixa e equivalentes de caixa”, nas contas “Banco Itau” e “Banco Bradesco Aplic. Financeira”.

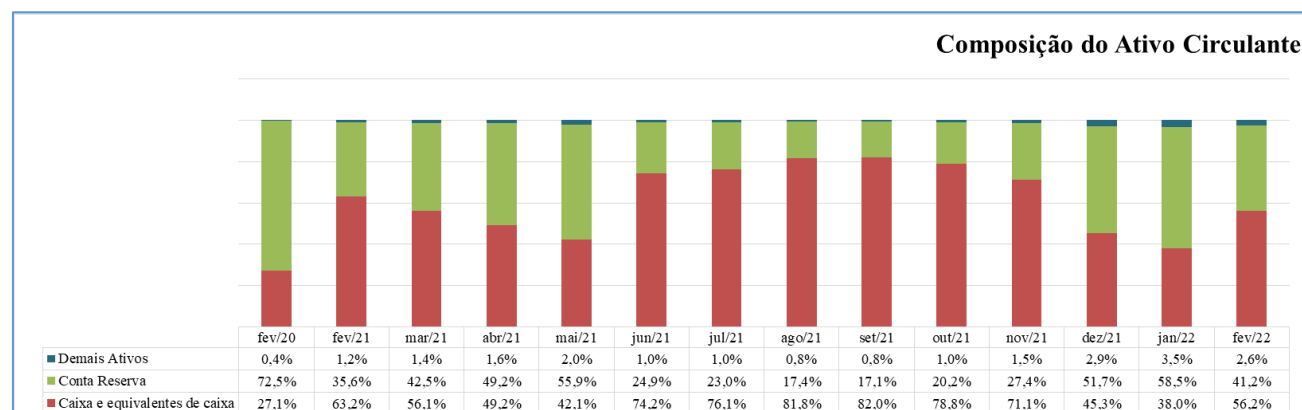
CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Circulante	18.203.454	16.222.901	-11	23.252.882	43
Caixa e equivalentes de caixa	8.253.274	6.164.178	-25	13.076.342	112
Conta Reserva	9.418.899	9.492.479	1	9.575.679	1
Contas a receber	272.396	307.990	13	343.584	12
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	258.455	257.825	-	256.848	-
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	430	430	-	430	-
Outros ativos	-	-	-	-	-

O grupo do Ativo Circulante sofreu redução de 11% em janeiro de 2022, devido a diminuição dos saldos do “Caixa e Equivalente de Caixa”, que variou negativamente no período em 25% nas subcontas “Banco Itaú” e “Banco Santander Aplic. Financeira”, contudo, em fevereiro de 2022 a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” aumento em 112% em relação ao mês anterior.

O subgrupo de “Contas a Receber” aumentou 12% em fevereiro/2022 devido a variação ocorrida na conta de “Clientes

Receita Assessoria” que finalizou o período com saldo de R\$ 343.584,00 (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e oitenta e quatro reais.)

É importante destacar que a conta “**Caixa e equivalente de caixa**” até novembro 2021, representava grande parte do grupo, deixando de ser em dezembro 2021 e janeiro 2022, passando a compor o maior saldo a conta de “**Conta Reserva**” e em fevereiro de 2021 a “**Caixa e equivalente de caixa**” assumiu novamente com 56%.



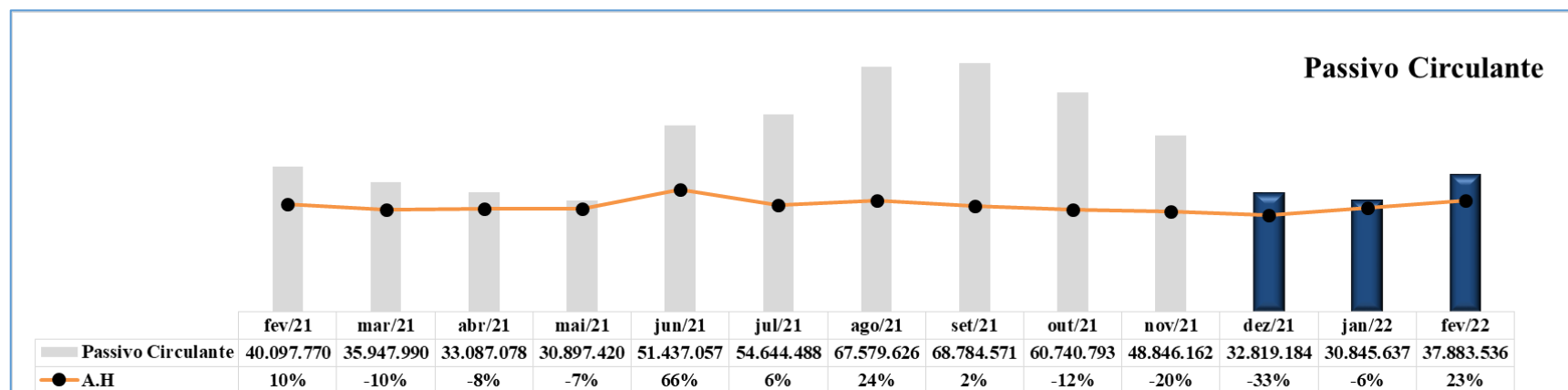
As contas de menor expressão, que indicavam menos que 10% foram somadas e agrupadas no grupo de “**Demais ativos**”, para melhorar a análise realizada, contudo permanecem descritas no quadro acima.

II. Ativo Não Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Não Circulante	50	50	-	50	-
Realizável a longo prazo	50	50	-	50	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Conta Reserva	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos compulsório	50	50	-	50	-
Investimento	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-

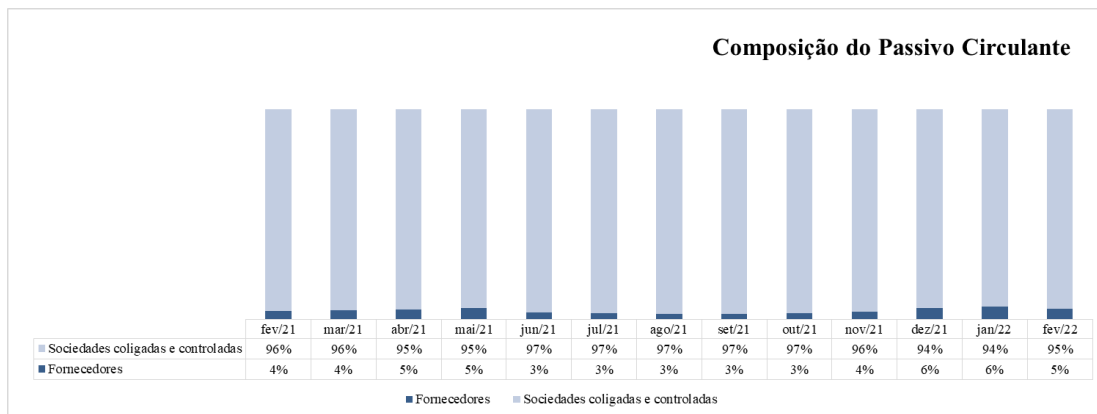
No Ativo Não Circulante, a única conta com saldo, nos períodos analisados, foi a conta de depósitos compulsórios, que apresenta um saldo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), repetindo os dados do mês anterior.

III. Passivo Circulante



O Passivo Circulante possui saldo registrado em apenas três contas, em todo o período analisado. Em todos os períodos a conta “Sociedades Coligadas e Controladoras” é a que representa o maior saldo e a maior variação do grupo. Em fevereiro/22 houve um aumento de 24%, onde a conta “Supervia Concessionária S.A.” que teve aumento de 49%, cujo montante perfaz R\$ 6.904.000,00 (seis milhões e novecentos e quatro mil reais).

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Circulante	32.819.184	30.845.637	-6	37.883.536	23
Fornecedores	1.809.245	1.840.345	2	1.871.445	2
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	3.818	4.427	16	4.426	0
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	31.006.121	29.000.865	-6	36.007.665	24
Outros passivos	-	-	-	-	-



Conforme demonstrado no gráfico ao lado, onde apresentamos a composição do Passivo Circulante, pode-se confirmar a maior proporção da conta “**Sociedades coligadas e controladas**”, variando sempre em 95 a 97% do total do grupo, e em seguida a conta de “**Fornecedores**”.

IV. Passivo Não Circulante

A empresa não registrou saldo em suas obrigações de longo prazo, dentro do período analisado.

V. Patrimônio Líquido

A única alteração presente no Patrimônio Líquido é oriunda do registro dos prejuízos nos resultados acumulados da recuperando, fora essa alteração, só estão registrados o Capital Social Integralizado e o Capital Social a Integralizar.

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/21	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Patrimônio líquido	(14.615.680)	(14.622.686)	-	(14.630.604)	-
Capital social	50	50	-	50	-
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(14.615.730)	(14.622.686)	-	(14.630.654)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

VI. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro ao lado, onde foi possível identificar as seguintes informações:

CERTIDÃO	STATUS
Certidão de Tributos Relativos a Dívida Ativa da União	CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (Válida até 03/07/2022)
Certificado Regularidade FGTS FLOSPE	Situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (Válida até 20/03/2022)
Certidão Trabalhista	Sem documento
Certidão de Regularidade Fiscal do Estado	Sem documento
Certidão de Dívida Ativa do Estado	Sem documento
Certidão Negativa de ISS	Situação regular (Válida até 04/04/2022)
Certidão da Procuradoria Geral do Município	Sem documento
Relatório Situação Fiscal - Flospe	Certidão com apontamento de parcelamento com exigibilidade suspensa (Válida até 30/08/2022)

A. Fazenda Nacional

Conforme Relatório de Situação Fiscal emitido em 01/02/2022 a única anotação encontrada é relativa ao parcelamento de Multa no processo de nº 11080.729.037/2018-24, que se encontra com sua exigibilidade suspensa.

B. Fazenda Estadual

Não foram apresentados documentos que permitissem emitir relatório sobre a situação fiscal/tributária estadual da recuperanda.

C. Fazenda Municipal

Não foram apresentados documentos que permitissem emitir relatório sobre a situação fiscal/tributária estadual da recuperanda, último relatório encaminhado foi com data de 19/07/2021.

7.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ²⁰, no exercício de 2020 em comparação com o último trimestre (Dezembro 2021, Janeiro e Fevereiro/2022), visando fornecer informação sobre a atual posição econômico financeira da recuperanda.

²⁰ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas.

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Corrente	0,55	0,53	0,61

b) Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

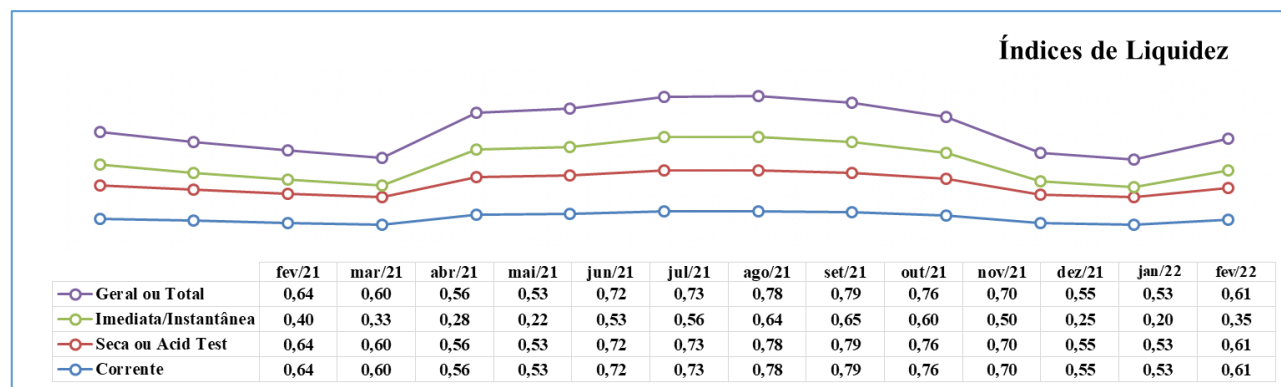
Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Imediata/Instantânea	0,25	0,20	0,35

c) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação às exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula $LG =$

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$$

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Geral ou Total	0,55	0,53	0,61



O índice de liquidez corrente avalia a capacidade da empresa de liquidar as obrigações de curto prazo, com o ativo circulante. Como se pode verificar, desde o primeiro período analisado, as contas registradas no ativo circulante não são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo. No caso da liquidez imediata,

um indicador elevado pode indicar liquidez abundante e ser considerada desnecessária se levada em consideração a atividade e a operação da empresa analisada. Já a liquidez geral, que apresenta o melhor dos índices apurados, não é ideal, visto que o ideal seria que indicasse valor superior a 1. Contudo, os índices encontrados são satisfatórios, tendo em vista estarem próximos do ideal.

d) Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Índice	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Endividamento	**	**	**

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis, calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Índice	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Rentabilidade do Patrimônio	**	**	**

O indicador de Endividamento demonstra valores fora do padrão de análise, devido a apresentação de Patrimônio Líquido negativo em todos os períodos analisados, assim como o indicador de Rentabilidade do Patrimônio, que além do Patrimônio Líquido ser negativo, apresenta prejuízo nos exercícios.

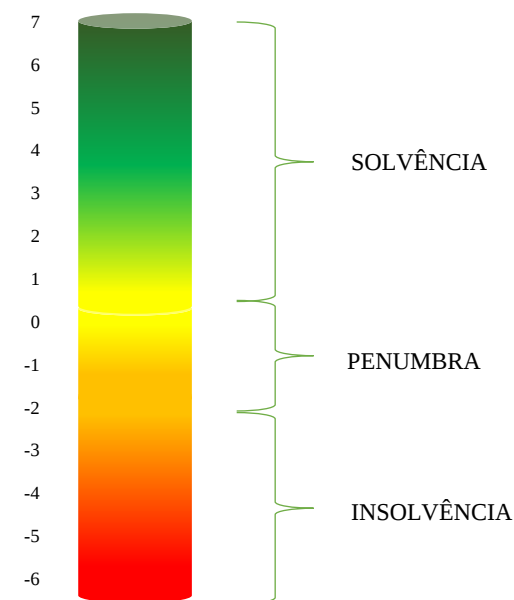
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

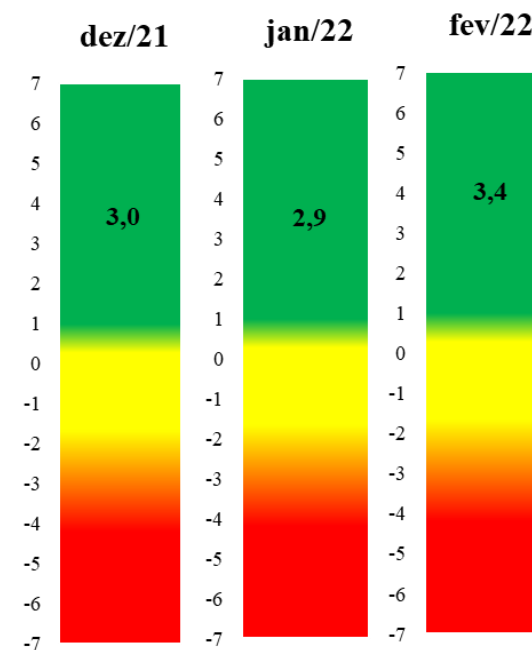
Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.



O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo Total}{Passivo Total} + 3,55 \times \frac{AC - Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

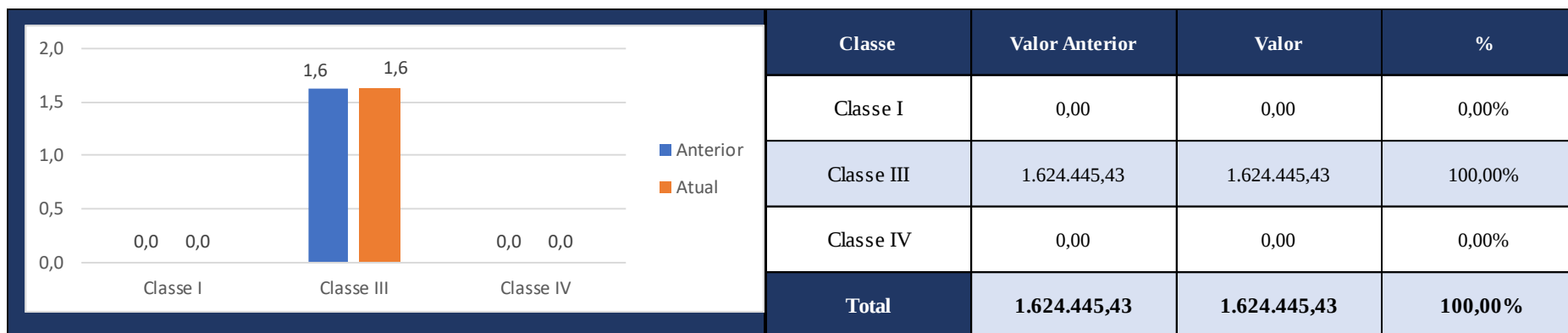
Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, no exercício de 2022 constatou-se a solvência da recuperanda, comparando ao último trimestre (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), percebe-se uma aumento em Fevereiro/22, continua assim, na margem de solvência.

Dessa forma, constata-se que, em nenhum dos períodos analisados a recuperanda esteve perto da região de penumbra, ou seja, esteve solvente em todos os períodos.



7.5 Lista de Credores

De acordo com o informado pela recuperanda, na lista de credores apresentada na inicial, apenas a Supervia figurou o presente quadro, até mesmo após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, conforme quadro infra:



7.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

7.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido aprovado.

8. SC Empreendimentos e Participações S.A.

03.781.576/0001-21 - (24/04/2000)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

73.12-2-00 – Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

Capital Social: R\$ 100.000,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Diretor – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginja Pinto

Como uma das subsidiárias da SuperVia, a empresa tem por objetivo a exploração de empreendimentos assessórios relacionado à concessão. Nesse caso, especificamente, toda operação relacionada a comunicação e propagando para os trens e *outdoors* da malha ferroviária, assim como as locações de estabelecimentos comerciais das estações, ou seja, atividades relacionadas às receitas não tarifárias do “Grupo SuperVia”.

8.1 Das Estrutura Societária

A recuperanda forneceu em 08 de setembro de 2021, a pedido desta Administração Judicial, seis Atas de Assembleia registradas entre os meses de julho e agosto deste ano, os documentos arquivados seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	29/04/2021	29/07/2021	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	- Aprovação por unanimidade dos presentes do CA SC, a PD.CA SC - 01/21 SC Empreendimentos e Participações S.A. ("SC") - Recomendação para aprovação das Demonstrações Financeiras, Destinação do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2020 e a PD.CA SC - 02/21 SC Empreendimentos e participações S.A. ("SC") - Reeleição da Diretoria Estatutária da SC, permanecendo como Diretor Presidente, o Senhor Antônio Carlos Sanches, e como Diretor Financeiro, o Sr. Fernando Augusto Ginja Pinto, ambos para o mandato unificado com término em 30 de abril de 2024.

SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/04/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	- Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 2.867.984,20, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral; - Aprovar a remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite máximo de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia; Reeleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de dezembro de 2024, com a seguinte composição: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Kazuki Hama.
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	28/05/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação da eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; - Aprovação da consolidação do Conselho de Administração com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta ata, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Hitoshi Ueda.
SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	07/06/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A.. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.

8.1.1 Da Administração da Recuperanda

Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ainda sem registro na Junta Comercial, ocorrida no dia 18 de maio de 2021, é registrada a renúncia do **Sr. Kazuki Hama** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Nas deliberações, são aprovadas a eleição do **Sr. Hitoshi Ueda** para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, assim como a consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, que passa a seguinte configuração:

Nome	CPF
Kazuhiza Ota	217.626.598-08
Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
Kazunari Matsuhashi	235.232.328-21

8.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social a participação no capital de outras sociedades; locação e venda de espaços comerciais e terrenos recebidos em decorrência da concessão dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros do Estado do Rio de Janeiro, promoção, implantação e/ou comercialização, sob qualquer forma jurídica de empreendimentos econômicos; intermediação de negócios;

contratação e parceria, visando a exploração publicitária de terceiros; prestação de serviços de comunicação através de cabos de fibra ótica; administração de estacionamentos; e, prestação de serviços de propaganda, em especial, publicidade de trens, outdoors e outros ao longo da ferrovia.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

8.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

8.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

8.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

8.4 Da análise Contábil-Financeira

A presente análise tem por objetivo fornecer informações acerca da posição contábil financeira da recuperanda, considerando como base todos os documentos solicitados por esta Administração Judicial e fornecidos pela recuperanda, que disponibilizou: Balanço Patrimonial (.xlsx), Balancetes (.xlsx), Demonstração do Resultado do Exercício (.xlsx), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (.xlsx), Demonstração do Resultado Abrangente (.xlsx), Demonstração de Fluxo de Caixa (.xlsx), Composição do Passivo (.xlsx) e ECD²¹ e ECF²² (.pdf e .sped). De posse dos documentos, esta Administração Judicial procedeu a presente análise.

²¹ Escrituração Contábil Digital 2020

²² Escrituração Contábil Fiscal 2020

8.4.1 Da Demonstração do Resultado do Exercício

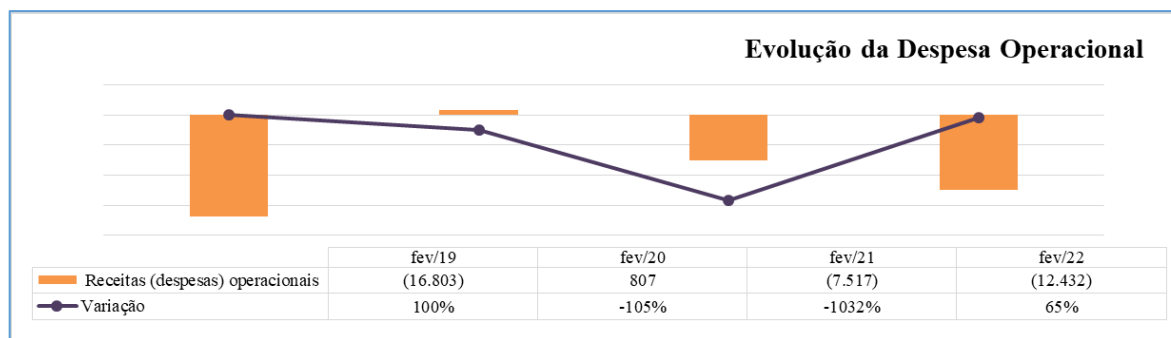
Demonstração do Resultado do Exercício	Fev/19	Fev/20	Fev/21	Fev/22
Receita bruta de serviços prestados	0	0	0	0
Bilheteria	0	0	0	0
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	0	0	0	0
Outras receitas	0	0	0	0
Receita de construção	0	0	0	0
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	0	0	0	0
Receita líquida de serviços prestados	0	0	0	0
Custos dos serviços prestados	0	0	0	0
Custo de construção	0	0	0	0
Lucro Bruto	0	0	0	0
Receitas (despesas) operacionais	(16.803)	807	(7.517)	(12.432)
Com vendas	0	0	0	0
Gerais e administrativas	(6.309)	(470)	(485)	(10.971)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(10.494)	1.277	(7.031)	(1.461)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(16.803)	807	(7.517)	(12.432)
Resultado de participações societárias	0	0	0	0
Equivalência patrimonial	0	0	0	0
Resultado financeiro	(4.323)	(47)	(1.088)	(323)
Despesas financeiras	(4.902)	(798)	(1.296)	(476)
Receitas financeiras	579	750	208	153
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.127)	759	(8.605)	(12.755)
Imposto de renda e contribuição social	0	0	0	0
Do exercício	0	0	0	0
Diferidos	0	0	0	0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(21.127)	759	(8.605)	(12.755)

Conforme se verifica no quadro, onde está representada fidedignamente a DRE fornecida pela recuperanda, em nenhum dos períodos analisados existe a percepção de receita, sendo apenas escrituradas Despesas Operacionais, Equivalência Patrimonial e Despesas Financeiras.

A ausência de receita na demonstração impacta diretamente na apuração das margens bruta e líquida, uma vez que a base de cálculo de ambas são as Receitas Bruta e Líquida de cada exercício.

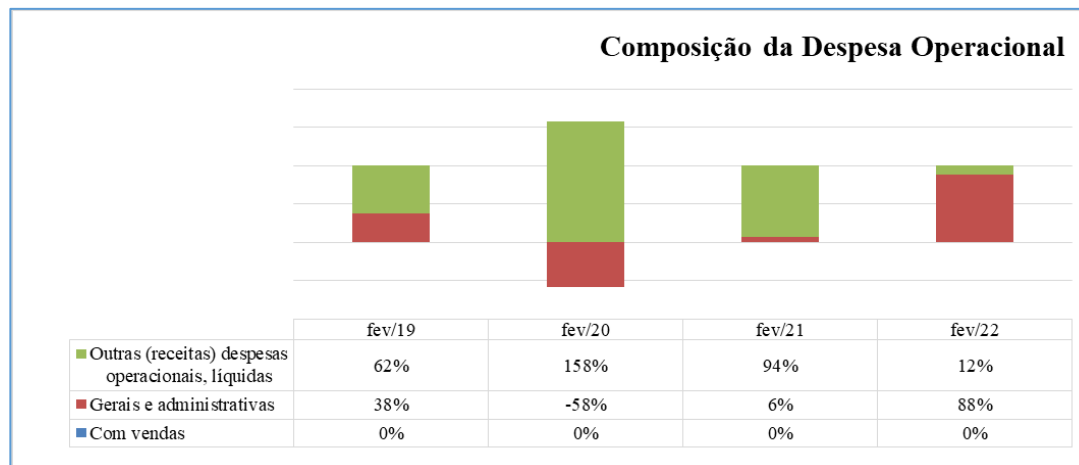
Além da ausência de receita, a recuperanda apurou também um prejuízo maior em

janeiro/2022 em comparação a janeiro de 2021. Dentre as contas que variou, destaca-se o subgrupo “Gerais e Administrativo” que aumentou em 1318%, gerando um impacto significativo no prejuízo.



Acompanhando a primeira conta de resultado apresentando saldo na demonstração, é possível identificar que, evoluindo as despesas operacionais, a despesa operacional apurada em janeiro de 2022 é 127% maior que a apurada em 2021, e isso se deve pelo aumento significativo das despesas “Gerais e Administrativas”, principalmente com “Multas”.

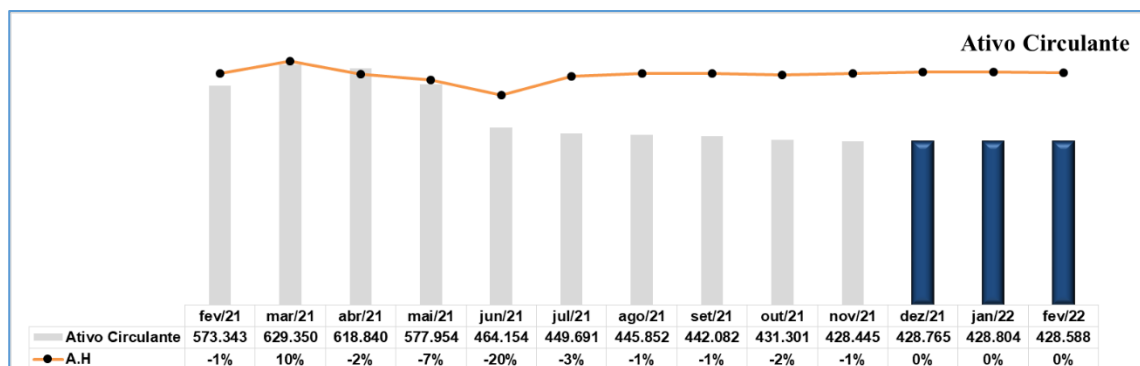
Como se pode verificar no gráfico ao lado, analisando o mesmo período individualmente, nos quatro últimos anos, as “Receitas (despesas) Operacionais” eram compostas preponderantemente por “Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas”, em 2019, 2020 e 2021, contudo, em 2022 as despesas “Gerais e administrativas” passaram a representar a maior proporção, cerca de 88% de toda Despesa operacional. Tudo isso devido ao aumento significativo escrituração de “Multas” e “Condenações Não Conting. Cível” no mês de fevereiro de 2022.



8.4.2 Balanço Patrimonial

I. Ativo Circulante

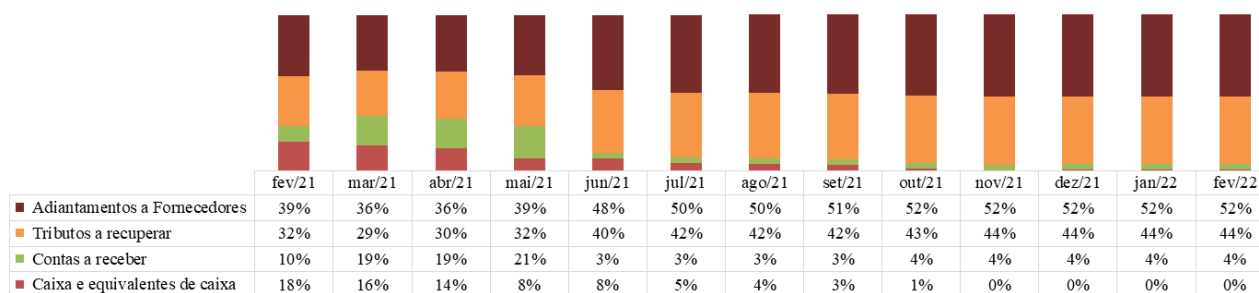
O Ativo Circulante não apresentou variações consideráveis no trimestre analisado, conforme demonstrado no gráfico ao lado.



CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Circulante	428.765	428.804	-	428.588	0
Caixa e equivalentes de caixa	1.915	1.915	-	1.674	-13
Contas a receber	15.252	15.252	-	15.252	0
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	187.509	187.548	-	187.574	0
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	224.088	224.088	-	224.088	0
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Bens disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-

A única variação ocorrida fora no “Caixa e equivalente de Caixa” que reduziu 13%, contudo não impactou na redução do grupo, conforme indicado no quadro ao lado.

Composição do Ativo Circulante



Como se pode verificar no gráfico ao lado, em todos os meses o Adiantamento a Fornecedores, com seu saldo estabilizado, registrou a maior parte do saldo do grupo, seguido da conta de Tributos a Recuperar.

II. Ativo Não Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Não Circulante	25.266.376	25.265.394	-	25.692.633	-
Realizável a longo prazo	33.447	33.926	1	34.037	0
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-	-
Depósitos compulsório	33.447	33.926	1	34.037	0
Investimento	-	-	-	-	-
Intangível	25.232.930	25.231.468	-	25.230.007	-

No Ativo Não Circulante, as variações ocorridas são ínfimas, representando 1% em relação ao saldo do mês anterior. A conta de depósitos compulsórios aumentou em 1,4% em Janeiro/2022, em Fevereiro do mesmo ano indicou variação menor ainda, comparando com o mês anterior.

III. Passivo Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Circulante	31.008.842	31.036.471	-	31.050.937	0
Fornecedores	30.966.261	30.977.471	-	30.990.606	0
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	57.626	59.000	2	60.331	2
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Adiantamentos Teleféricos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-

Analisando o Passivo Circulante nota-se que o mesmo é composto pelo saldo de apenas duas contas, sendo elas “Fornecedores” e “Tributos a pagar”, contudo, o saldo do grupo é majoritariamente escriturado na conta de Fornecedores, que registra em todos os meses analisados mais de 99% do saldo do grupo, não havendo variação considerável no trimestre analisado.

IV. Passivo Não Circulante

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Não circulante	104.853	101.576	-3	98.300	-3
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Parcelamentos	-	-	-	-	-
Concessão a pagar	-	-	-	-	-
Tributos a pagar	104.853	101.576	-3	98.300	-3
Provisão para contingências	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Sociedades coligadas e controladas	-	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-

A recuperanda registrou apenas o saldo de Tributos a Pagar em suas obrigações de longo prazo, dentro do período analisado, que variou negativamente entre 3% nos últimos dois meses do trimestre analisado.

V. Patrimônio Líquido

A única alteração no grupo em questão ocorrera nas contas de “Resultados Acumulados”, onde fora escriturado o resultado do exercício. Ao abrir as contas em questão, foi possível perceber que houveram reclassificações entre elas no último trimestre.

CONTAS PATRIMONIAIS	Dez/21	Jan/22	AH (%)	Fev/22	AH (%)
Patrimônio líquido	(5.433.600)	(5.433.849)	-	(5.456.604)	0
Capital social	1.000	1.000	-	1.000	0
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	200	200	-	200	0
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(5.434.800)	(5.445.049)	-	(5.457.804)	0
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-

VI. Das Obrigações Fiscais/Tributárias

Em relação ao Passivo Fiscal/Tributário, apresentados os documentos relacionados no quadro ao lado, onde foi possível identificar as seguintes informações:

CERTIDÃO	STATUS
Certidão de Tributos Relativos a Dívida Ativa da União	Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Válida até 03/07/2022)
Certidão de FGTS	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (27/01/2022)
Certidão Trabalhista	Sem Documento
Certidão de Regularidade Fiscal do Estado	Sem Documento
Certidão de Dívida Ativa do Estado	Sem Documento
Certidão Negativa de ISS	Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (07/01/2022 -Válida por 180 dias)
Certidão Positiva Dívida Ativa Municipal	Foram apuradas inscrições em dívida ativa
Situação Fiscal	Relatório Situação Fiscal

A. Fazenda Nacional

Conforme Relatório de Situação Fiscal emitido em 01/02/2022 foram encontrados parcelamentos ativos, com exigibilidade suspensa, bem como processos fiscais com exigibilidade suspensa, da maneira como segue:

PARCELAMENTOS	
Processo	Receita
10768.402.429/2020-71	2362-IRPJ
10768.402.429/2020-71	2484-CSLL

PROCESSOS FISCAIS	
Processo	Situação
12448.917.658/2020-34	EM JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO INCONFORMIDADE (CREDITO)
12448.917.759/2020-13	EM JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO INCONFORMIDADE (CREDITO)

B. Fazenda Estadual

Não foram apresentados documentos que permitisse emitir relatório sobre a situação fiscal/tributária estadual da recuperanda.

C. Fazenda Municipal

Os relatórios de débitos com a Fazenda municipal, apresentados pela recuperanda com data de 21/07/2021, somam a quantia de R\$ 1.223.379,61 (um milhão duzentos e vinte e três mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos) distribuídos conforme quadro ao lado.

CDA	PROCESSO	VALOR
61/349172/2014-00	0336841-88.2015.8.19.0001	1.407
01/052728/2010-00	0435363-92.2011.8.19.0001	420.810
01/051525/2011-00	0435363-92.2011.8.19.0001	418.805
01/048621/2012-00	0093802-83.2019.8.19.0001	382.357
TOTAL		1.223.380

Importante ressaltar que os débitos não foram atualizados devido à falta de documentos.

8.4.3 Indicadores

Os indicadores de solvência aqui apresentados tiveram como base todo o material fornecido pela recuperanda. Dessa forma, foi possível proceder a elaboração dos Índices Tradicionais de Liquidez, bem como o modelo de previsão de insolvência de KANITZ²³, no exercício de 2020 em comparação com o último trimestre (novembro, dezembro e janeiro), visando fornecer informação sobre a atual posição econômico financeira da recuperanda.

a) Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente apura a proporção das obrigações assumidas perante terceiros, a curto prazo, em relação ao AC, pela fórmula $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$, de maneira que o resultado é quanto a empresa dispõe em (R\$) para cada R\$ 1,00 de obrigações assumidas.

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Corrente	0,01	0,01	0,01

²³ Kanitz, S. C. (1974, dezembro). Como prever falências. *Exame*, pp.95-103.

b) Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata visa demonstrar a relação entre as obrigações assumidas a curto prazo em relação as disponibilidades, calculando da seguinte maneira: $LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$.

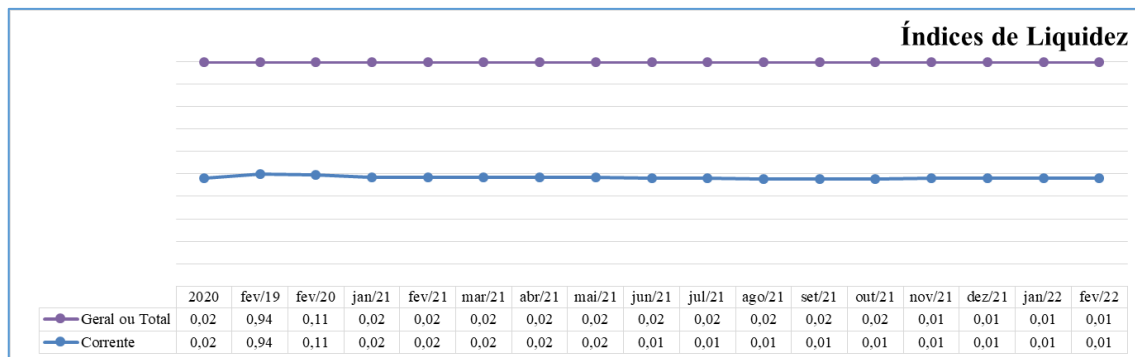
Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Imediata/Instantânea	0,00	0,00	0,00

c) Liquidez Geral

O índice de liquidez geral demonstra a relação de todo o ativo realizável a curto e longo prazo em relação as exigibilidades em curto e longo prazo, sendo calculado pela fórmula $LG =$

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Long Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigiv. a Long Prazo}}$$

Índice de Liquidez	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Geral ou Total	0,01	0,01	0,01



O índice de liquidez corrente, avalia a capacidade da empresa de liquidar as obrigações de curto prazo, com o ativo circulante, Como se pode verificar, desde o no último trimestre, as contas registradas no ativo circulante não são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo. No caso da liquidez imediata, um indicador elevado pode indicar liquidez abundante e ser

considerada desnecessária se levada em consideração a atividade e a operação da empresa analisada. Desta forma, podemos observar que todos os indicadores foram próximos de 0, o que entendemos como um baixo índice de liquidez em todo o trimestre.

d) Endividamento

O Endividamento busca demonstrar a proporção que o capital de terceiros possui em relação ao capital próprio da empresa, calculado pela fórmula $E = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Índice	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Grau de Endividamento	**	**	**

e) Rentabilidade do Patrimônio (ROE)

O indicador em questão calcula o retorno em lucro gerado em relação ao patrimônio líquido, exprimindo o quanto a empresa é eficiente em ser rentável com os recursos disponíveis,

calculado pela fórmula $ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$.

Índice	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Rentabilidade do Patrimônio	**	**	**

O indicador de Endividamento demonstra valores fora do padrão de análise, devido a apresentação de Patrimônio Líquido negativo em todos os períodos analisados, assim como o indicador de Rentabilidade do Patrimônio, que além do Patrimônio Líquido ser negativo, apresenta prejuízo nos exercícios.

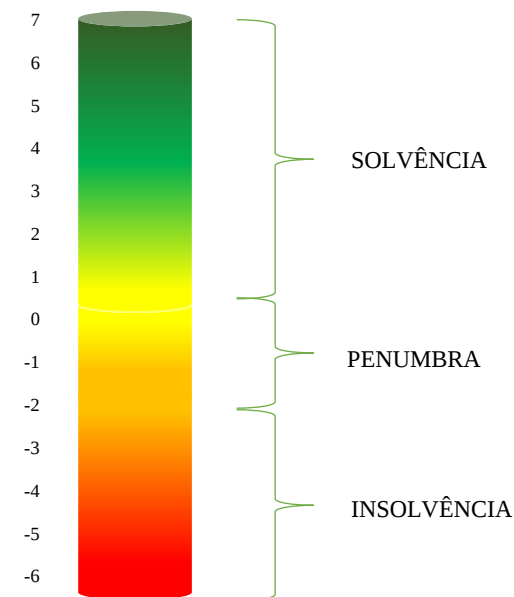
f) Termômetro de Kanitz

O Termômetro de Kanitz ou Fator de Insolvência, consiste na análise de um conjunto de índices, de maneira que possibilita obtenção de um indicador, que, aplicado aos parâmetros estabelecidos, indica em que estágio econômico-financeiro a empresa se encontra, obedecendo os seguintes critérios:

Solvência – Considera-se Solvente a empresa que, depois de calculado o índice de solvência, obtiver acima de 0 (zero), indicando total solvência econômica.

Penumbra – Se o resultado do índice variar entre 0 e -2 significa que a empresa possui situação estável, mas devendo ficar em alerta quanto ao seu grau de insolvência.

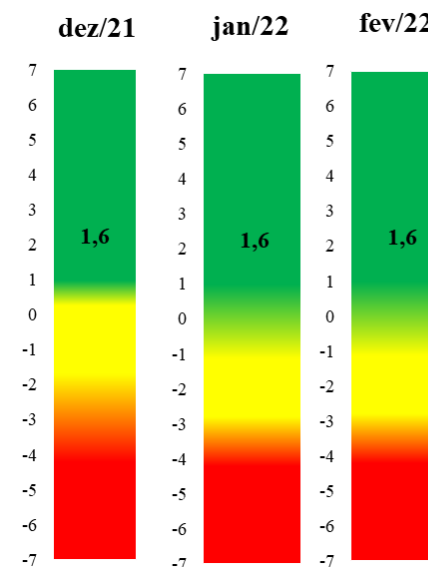
Insolvência – Caracteriza-se insolvente a empresa que apresentar índice entre -3 e -7, o que indica risco iminente de falência.



O cálculo desse índice se dá pela fórmula Previsão de Insolvência = $0,05 \times \frac{LL}{PL} + 1,65 \times \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Total} + 3,55 \times \frac{AC - Estoques}{PC} + 1,33 \times \frac{AC}{PC} - 1,06 \times \frac{Passivo\ Total}{PL}$, e o resultado aplicado ao termômetro infra, gera a informação necessária à interpretação da situação compreendida na análise.

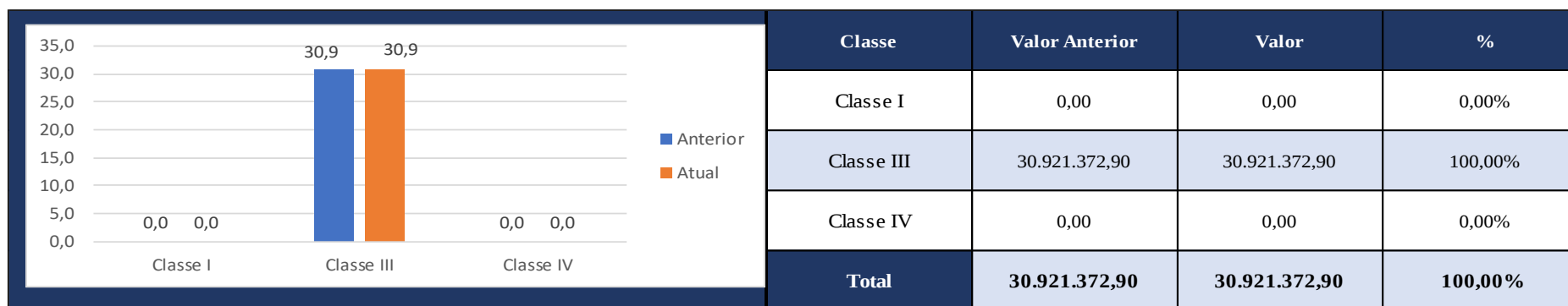
Aplicando o modelo de previsão de insolvência ou termômetro de KANITZ, no trimestre (dezembro/21, janeiro e fevereiro/22), percebe-se uma constância de 1.6.

Dessa forma, constata-se que, em nenhum dos períodos analisados a recuperanda nunca esteve perto da região de penumbra, ou seja, esteve solvente em todos os períodos.



8.5 Lista de Credores

Após a consolidação da relação de credores realizada por esta Administração Judicial, não houve alteração dos créditos em questão, ficando da seguinte maneira:



8.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados

8.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido aprovado.

9. Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.

12.592.708/0001-68 - (27/09/2010)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

49.12-4-02 - Transporte ferroviário de passageiros
municipal e em região metropolitana;

73.12-2-00 – Agenciamento de espaços para publicidade,
exceto em veículos de comunicação.

Capital Social: R\$ 50.000,00 (informado RFB)

R\$ 151.803,68 (Balanço Patrimonial)

Quadro de Sócios e Administradores:

Diretor – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginjas Pinto

Empresa constituída para exploração dos serviços de teleféricos
nas comunidades do Complexo do Alemão, atuando atualmente no
desenvolvimento de projetos estruturados e inovadores.

9.1 Das Análises Societárias

A recuperanda forneceu em 08 de setembro de 2021, a pedido desta Administração Judicial, seis Atas de Assembleia registradas entre os meses de julho e agosto deste ano, os documentos arquivados seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	29/04/2021	29/07/2021	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	- Aprovação, pela unanimidade dos presentes do CA Teleféricos, a PD.CA TELEFÉRICOS - 01/21 Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. ("Teleféricos") - Recomendação para aprovação das Demonstrações Financeiras, Destinação do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2020 e a PD.CA TELEFÉRICOS - 02/21 Teleféricos do Rio de Janeiro S.A. ("Teleféricos") - Reeleição da Diretoria Estatutária da Teleféricos, permanecendo como Diretor presidente, O Sr. Antônio Carlos Sanches, e como Diretor Financeiro, o sr. Fernando Augusto Ginjas Pinto, ambos para o mandato unificado com término em 30 de abril de 2024.

TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	30/04/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	- Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a destinação do prejuízo do exercício findo em 31/12/2020 da Companhia, no montante de R\$ 836,80, para compor prejuízos acumulados, passando o saldo a ser R\$ 119.524,08, não havendo, portanto, distribuição de dividendos, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral; - Aprovação da remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia; - Reeleger os membros do Conselho de Administração, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, com a seguinte composição: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Kazuki Hama.
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	28/05/2021	11/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Conhecimento do pedido de renúncia, dirigido à Companhia, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, do Sr. Kazuki Hama; - Eleição do Sr. Hitoshi Ueda, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; - Aprovação da consolidação do Conselho de Administração com a seguinte formatação, tendo em vista as alterações previstas nesta ata, com mandato unificado até 30 de abril de 2024: Kazuhisa Ota, Alexandre Carmona Côrtes e Hitoshi Ueda.
TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.	07/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.

9.1.1 Da Administração da Recuperanda

Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ainda sem registro na Junta Comercial, ocorrida no dia 28 de maio de 2021, é registrada a renúncia do **Sr. Kazuki Hama** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Nas deliberações, são aprovadas a eleição do **Sr. Hitoshi Ueda** para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, assim como a consolidação do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até 30 de abril de 2024, que passa a seguinte configuração:

Cargo	Nome	CPF
(a) Conselho de Administração	Kazuhiza Ota	217.626.598-08
(b) Conselho de Administração	Alexandre Carmona Côrtes	043.970.257-70
(c) Conselho de Administração	Hitoshi Ueda	229.146.198-20

9.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social:

Objeto Social
Prestação de serviços de transporte de passageiros por teleférico e atividade correlatas;
Atividade vinculadas a exibição de publicidade e mídia de todas as naturezas nas estações e nos carrinhos de transporte, podendo, ainda, comercializar espaços nas estações.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

9.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

9.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

9.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

9.4 Da análise Contábil-Financeira

A recuperanda forneceu os dados de fevereiro/2022, não possuindo nenhuma alteração além do prejuízo acumulado oriundo de despesas financeiras, em relação aos dados apresentados no mês anterior, conforme infra.

Teleféricos do Rio de Janeiro S.A			
Balanco Patrimonial			
Em reais			
Ativo	28 de Fevereiro de 2022	Passivo e patrimônio líquido	28 de Fevereiro de 2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.583,22	Sociedades ligadas e controladas	6.438,98
	<u>2.583,22</u>		<u>6.438,98</u>
		Patrimônio líquido	
		Capital social	151.803,68
		Capital social a integralizar	(35.969,18)
		Prejuízos acumulados	(119.690,26)
			<u>(3.855,76)</u>
Total do ativo	<u><u>2.583,22</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>2.583,22</u></u>
*informações não auditadas			



Teleféricos do Rio de Janeiro S.A

Demonstração do Resultado

Em reais

	28 de Fevereiro de 2022
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	-
	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	-
Resultado financeiro	
Despesas financeiras	(166,28)
Receitas financeiras	
	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(166,28)

*informações não auditadas

9.5 Lista de Credores

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

9.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

9.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido apresentado e aprovado.

10. Hotel Central S.A.

17.846.582/0001-24 - (01/04/2013)

Rua da América, 210 – Parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro
– RJ, CEP 20.220-590.

Atividades:

55.10-8-01 - Hotéis;

64.62-0-00 – Holding de instituições não financeiras.

Capital Social: R\$ 900,00

Quadro de Sócios e Administradores:

Diretor – Antônio Carlos Sanches

Diretor – Fernando Augusto Ginjas Pinto

Subsidiária da SuperVia, a empresa fora constituída com o objetivo de desenvolver um projeto comercial relacionado à construção de um hotel na estação ferroviária da Central do Brasil.

10.1 Das Estrutura Societária

A recuperanda forneceu em 08 de setembro de 2021, a pedido desta Administração Judicial, seis Atas de Assembleia registradas entre os meses de julho e agosto deste ano, os documentos arquivados seguem detalhados infra, demonstrando a data da realização das Assembleias, bem como do seu efetivo registro no órgão competente, possibilitando traçar a linha do tempo em relação aos acontecimentos, além de detalhar suas deliberações.

Recuperanda	Data do Documento	Data do Arquivamento - JUCERJA	Tipo de Documento	Deliberações
HOTEL CENTRAL S.A.	30/04/2021	28/07/2021	ATA DE ASSOMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	- Aprovação da prestação de contas da administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e consignar na ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária que não haverá distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia não apurou resultado no exercício, sendo dispensada pelo acionista a leitura de tais documentos, por serem de conhecimento geral; - Aprovação da remuneração global aplicável aos diretores da Companhia, referente à atuação em todas as empresas de seu grupo econômico, até o limite de R\$ 10.000.000,00, desde que a remuneração individual variável devida a cada diretor relacionada às realizações do exercício fiscal que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2021 seja previamente alinhada com o Conselho de Administração da Companhia; - Considerar sanada a não observância dos prazos do artigo 133 e parágrafos da Lei 6.404/76, nos termos do § 4º daquele mesmo dispositivo.
HOTEL CENTRAL S.A.	07/06/2021	10/08/2021	ATA DE ASSOMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	- Aprovação, por unanimidade, a autorização do ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do art. 122, IX, da Lei das S.A. Ficando consignado que a administração da Companhia fica autorizada a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes para dar efetividade à deliberação ora aprovada.

10.1.1 Da Administração da Recuperanda

De acordo com o documento enviado pela recuperanda “HOTEL CENTRAL AGE 25.09.2020 - Eleição Diretoria”, é deliberada a eleição do Sr. **Antônio Carlos Sanches**, como Diretor Presidente, e o Sr. **Fernando Augusto Ginjas Pinto**, como Diretor Financeiro, ambos para o mandato unificado com término em 30 de abril de 2022. No referido ato não há consolidação do Conselho de Administração.

10.1.2 Das atividades

No artigo 3º do Estatuto Social, é apresentado como objeto social:

Objeto Social
Exploração comercial de hotel;
Participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

Nos documentos disponibilizados pela recuperanda, não foi identificado alteração de objeto social.

10.1.3 Da Sede e Filiais

A recuperanda tem sua sede administrativa à Rua da América, 210 – parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, conforme artigo 2º de seu Estatuto. A recuperanda não indicou existência de filiais.

10.2 Do Quadro de Funcionários

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente ao seu quadro de funcionários.

10.3 Das operações das Recuperandas

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

10.4 Da análise Contábil-Financeira

A recuperanda forneceu os dados de fevereiro/2022, não possuindo nenhuma alteração além do prejuízo acumulado oriundo de despesas financeiras, em relação aos dados apresentados no mês anterior, conforme infra.

Hotel Central S.A

Balço Patrimonial

Em reais

	*28 de Fevereiro de 2022		*28 de Fevereiro de 2022
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	90,00	Fornecedores	-
	90,00		-
		Patrimônio líquido	
		Capital social	900,00
		Capital social a integralizar	(810,00)
			90,00
Total do ativo	90,00	Total do passivo e patrimônio líquido	90,00

*informações não auditadas

Hotel Central S.A

Demonstração do Resultado

Em reais

	*28 de Fevereiro de 2022
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	-
	-
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	-
Resultado financeiro	
Despesas financeiras	-
Receitas financeiras	-
	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social Do exercício	-
	-
Prejuízo do Exercício	-

*informações não auditadas

10.5 Lista de Credores

A recuperanda não forneceu documentos que permitissem elaboração de relatório referente a suas operações.

10.6 Pagamentos realizados

Considerando que os credores começarão a ser pagos somente após a aprovação do Plano de Recuperação após a Assembleia Geral de Credores, ainda não foram apresentadas informações de pagamento realizados.

10.7 Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Esta Administração Judicial afirma que a fase em questão não está sendo cumprida devido o referido plano ainda não ter sido apresentado

11. Relação de Anexos

ANEXO I	Acesso a pasta compartilhada de arquivos
ANEXO II	Relatório da Situação Fiscal SuperVia
ANEXO III	Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas
ANEXO IV	Relatório de inscrições de débitos na PGE
ANEXO V	Relatório PGE - SuperVia
ANEXO VI	Lista de Credores por Recuperanda



2F PERÍCIA E CONTABILIDADE

DANIEL FERREIRA FALCÃO

CRC-PJ/RJ 006029/O-5



E. FERREIRA GOMES ADVOGADOS

EVANDRO P. G. FERREIRA GOMES

OAB/RJ 137.473